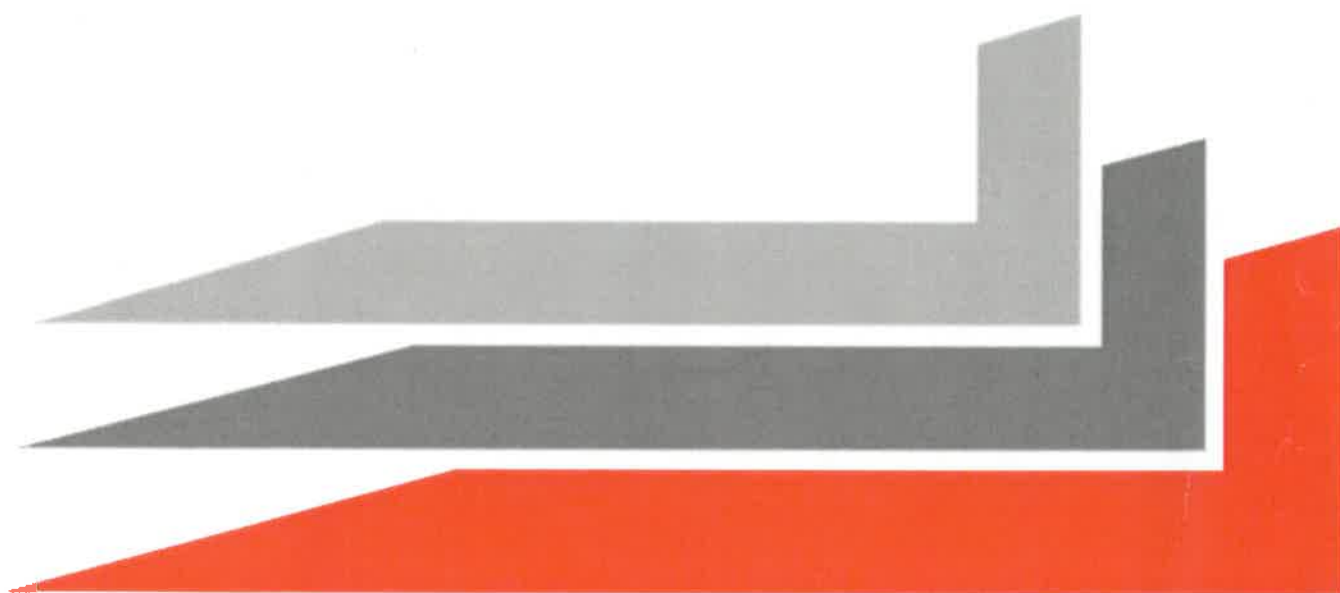


RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2018



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'F.P.' and other illegible marks.

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2018**

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 11 de abril de 2019

Pela Assembleia Municipal em Sessão de 23 de abril de 2019

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 201__
(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 201__
Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/201__,
pela ordem de pagamentos nº _____

Reunião de 11/4/2019
Deliberação n.º 80
A câmara deliberou por
maioria com voto de
qualidade do Presidente
da câmara e três votos
contra dos vereadores do PS,
concordar com o relatório
apresentado, enviando-o
para aprovação à Assembleia
Municipal.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
E.P.
2

INTRODUÇÃO

Vimos por este meio submeter para aprovação os documentos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro articulado com a alínea i) do número 1 do artigo 33º, do anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para posterior submissão ao órgão deliberativo de forma a poderem ser apreciados e votados em cumprimento da alínea l) do n.º 2 do art.º 25, do nº2 do artigo 27, do anexo 1, da Lei 75/13 de 12 de setembro, conjugado com o nº1 do artigo 76 da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

No âmbito da prestação de contas, serão apresentados os mapas de execução orçamental, demonstração de resultados, balanço, anexos às demonstrações financeiras, o relatório de atividades e gestão, assim como o parecer do revisor oficial de contas.

O Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta nas suas diversas peças escritas e mapas, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos de 2018 (PPI) e do Orçamento do ano financeiro de 2018, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos atingidos.

O documento aqui apresentado tem por objetivo retratar de forma fidedigna todo o trabalho realizado ao longo do ano 2018, assim como a realidade financeira, patrimonial e orçamental do Município.



ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia.

Mesa da Assembleia - Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

De acordo com o definido na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Desenvolvimento Rural
- Educação
- Finanças Municipais
- Turismo
- Proteção Civil
- Urbanismo e Obras Particulares
- Licenciamento e Fiscalização
- Assuntos Jurídicos
- Desporto e Juventude
- Coesão Social
- Recursos Humanos
- Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem

Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia

Vereadora - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura

Vereador - Eduardo José de Sousa Cardoso

Vereador - Agostinho Gonçalves Alves Santa

Vereadora - Maria do Céu Ribeiro Ramos

Vereador - Bruno Miguel Botelho Gonçalves



PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2018

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A Empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.” foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, “Águas de Portugal S.G.P.S. S.A.” e a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.”.

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do Norte, foi criada a Empresa Águas do Norte onde o Município detém 0,31%, no valor de 467.528,00€.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2018

Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da

B.
A.
D.
M.
F.
E-I

cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Coaleda, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional 2 (EN2).

Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F.P." at the bottom]

Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos



Handwritten signature: J.S.

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

Empreitada	Valor de adjudicação
Execução de Troços Complementares da Rede de Drenagem Residual Doméstica na Freguesia de Sedielos - Arrabalde, Lugar de Sá e Carvalho	308.114,82€
Execução de Troços Complementares da Rede de Drenagem Residual Doméstica nos Lugares de Sto. Xisto, Alvações do Tanha, Vilarinho dos Freires e Peso - Régua	286.733,03€
Execução de Troços Complementares da Rede de Drenagem Residual Doméstica entre o Lugar do Pinheiro - Loureiro e a Quintã - Godim e nos Lugares de Vinhós e Assureiras - Vinhós	259.189,10€
Pavimentação de troço de Estrada Municipal 603 entre Lugar da Cruz e Assureiras - União de freguesias de Moura Morta e Vinhós	136.063,92€
Alargamento e pavimentação do caminho de Sergude - Godim	121.715,00€
Pavimentação a Cubos em Várias Zonas do Concelho	33.000,00€
Retificação da Estrutura e Cobertura do Baguinho - Peso da Régua	3.639,00€
Execução de Muro na EM 313-1 - Quinta Velha - Canelas	2.135,00€
Obras de Reformulação na Cozinha do Centro Escolar das Alagoas - Peso da Régua	11.799,00€
Construção de Muro de Suporte na Quinta do Valado - Vilarinho dos Freires	8.948,00€
Pavimentação em Betonilha de Caminho em Mera - Godim	6.500,00€
Construção de muro de suporte em Nostim - Moura Morta	16.201,00€
Requalificação de passeios na Avenida envolvente ao Pavilhão- Fase I	17.529,00€
Reparação de infiltração nas coberturas dos Centros Escolares da Alameda e das Alagoas	4.972,00€
Limpeza de Terreno na Dourolar	5.200,00€










DPDEGT

Divisão de Planeamento, Desenvolvimento
Económico e Gestão do Território



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large 'A' and 'E.P.'.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

INTRODUÇÃO

A Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território (DPDEGT) tem como competências, para além de funções no âmbito do planeamento e promoção do desenvolvimento económico, a gestão dos processos da área urbanística - que se traduzem na apreciação de projetos das operações urbanísticas e assuntos correlacionados - bem como a gestão do espaço público e de publicidade.

Nesta unidade orgânica municipal, estão também concentrados a elaboração de estudos e projetos que respondem à estratégia de desenvolvimento definida, muitos dos quais desenvolvidos no âmbito de operações candidatas a cofinanciamento, em cumprimento dos pressupostos estabelecidos nos diversos programas do quadro comunitário de apoio em curso.

Uma das mais importantes ações do ano transato no âmbito desta divisão, relaciona-se com o seu próprio funcionamento. Os setores e gabinetes que a compõem, distribuíam-se por pisos distintos das instalações do município, tendo como consequência alguns constrangimentos funcionais, em especial no que se refere à tramitação procedimental dos processos urbanísticos, resultando em perdas de tempo exigidas pelo circuito instalado, bem como alguma dispersão. A centralização de todos os serviços da DPDEGT num só piso (2.º) representou um aumento na eficácia e tratamento processual, diminuindo-se prazo de análise, em consequência da maior proximidade entre técnicos da mesma divisão e redução significativa dos circuitos.

No âmbito do planeamento, a conclusão do processo de transposição do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC) para o Plano Diretor Municipal do Peso da Régua (PDM)- em resposta à obrigatoriedade definida no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - trouxe, previsivelmente, uma discrepância de interpretação formal entre o município e APA - ARH Norte, no que respeita às condições de edificabilidade em Zonas Ameaçadas por Cheias em espaço urbano, em particular nas parcelas até 250 m², inequivocamente uma “medida preventiva” à elaboração do plano de pormenor para área e agora, não vinculativa, mas que a APA continua a usar para, auscultada no âmbito da sua tutela, inviabilizar pretensões urbanísticas em prédios com área superior. Este constrangimento, motivou diversas comunicações e reuniões de trabalho com essa entidade, havendo neste preciso momento uma abertura para a reanálise desta questão, podendo a sua resolução ser vertida através de regulamento específico, tendo como base a Nota Técnica 1/2010, produzida entre as duas entidades.

Os projetos de Requalificação Urbana da Av. Dr. Manuel Arriaga, da instalação de um Mercado de Produtores Locais do Peso da Régua (MERCAL) e a requalificação do Balneário Termal de Caldas de Moledo, merecem o destaque nos projetos desenvolvidos ou acompanhados por esta



divisão. Também os estudos relacionados com a mobilidade urbana, como é exemplo a definição de traçado de via complementar entre estrada exterior de ligação da Rotunda do Concelho à zona do Vale do Rodo, ou a continuidade da ecopista ribeirinha para montante (Barragem) e jusante (Caldas de Moledo), têm especial enfoque na atividade desenvolvida durante o ano de 2018.

As alterações na legislação do regime do Alojamento Local, designadamente na obrigatoriedade de vistoria ao local da exploração e outras modificações na instrução dos pedidos e tempos de resposta, conduziram a uma reformulação interna dos recursos humanos alocados a este assunto em articulação com a Divisão de Desenvolvimento Social deste município por via das suas atribuições na área do turismo. De realçar o aumento exponencial dos pedidos de alojamento local, principalmente os localizados no centro urbano.

No âmbito da área de reabilitação urbana continuou o processo da implementação das Áreas de Reabilitação Urbana no concelho do Peso da Régua, com a elaboração de regulamentação específica. Considerando as oportunidades de cofinanciamento e apoio às operações de reabilitação, quer as previstas no âmbito municipal, quer as que estão em curso em especial as consagradas no Instrumento Financeiro de Revitalização e Reabilitação Urbana (IFFRU), foi considerada a possibilidade de alargar a área no Peso da Régua, num princípio principal de universalidade. Para isso foi desenvolvido um estudo de suporte à decisão com a junção das quatro ARU's definidas para a cidade do Peso da Régua e o seu alargamento ao perímetro urbano definido no PDM.

ATIVIDADE

Conforme já referido, o fluxo funcional da tramitação processual dos processos de gestão urbanística foi redefinido, em consequência da centralização das diversas secções e gabinetes desta divisão, por um único piso do edifício camarário.

Esta ação, permitiu retomar o estudo de desmaterialização processual, cujo objetivo se torna assim mais pertinente. A desmaterialização de procedimentos, verifica-se já com o recurso às plataformas eletrónicas como meio de entrega de elementos e de consulta às entidades externas.

É na área da Gestão Urbanística que se verifica uma maior dinâmica de tramitação processual, permitindo o seu agrupamento por tipologia. Neste relatório, como é habitual e para uma melhor compreensão e análise do funcionamento destes serviços, sintetiza-se a movimentação verificada no ano de 2018 em comparação ao verificado nos últimos cinco anos, através do seguinte quadro:



Movimentação Processual	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Processos de Obras	76	97	121	68	58	76
Utilização / Alteração de Utilização	47	31	27	41	51	53
Processo de Loteamento	1	0	0	0	0	0
Destaque (certificação)	1	5	2	3	2	3
Informação Prévia	7	11	7	12	3	5
Propriedade Horizontal (Certificação)	8	4	4	4	7	3
Ocupação da Via Pública	23	15	18	16	13	17
Publicidade	7	6	13	8	7	14
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0
Diversos	279	271	246	180	226	202
Disposições controlo de funcionamento	1	5	15	35	64	51
Ficha Técnica de Habitação	18	34	10	16	24	10
TOTAL	468	479	463	383	455	434

Verificou-se a manutenção média do n.º de movimentos processuais dos últimos três anos, pelo que se poderá concluir numa estabilização deste indicador, cuja exceção foi o ano de 2015.

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Na Secção Administrativa está atribuída a coordenação e execução de todas as funções e ações de natureza administrativa reportadas ao Setor de Gestão Urbanística e Setor de Fiscalização, segundo o consagrado no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e demais legislações aplicáveis, bem como os respetivos regulamentos municipais.

No ano de 2018 foram instruídos 468 processos administrativos, tendo sido, no que se refere ao licenciamento no âmbito de operações urbanísticas, representando um aumento de 34 títulos em relação a 2017, conforme se verifica a seguir:

Títulos	2018	2017
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	58	58
Alvarás de Utilização	34	33
Alvarás de Loteamento	0	0
Aditamentos	8	1
Certidões	174	140

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

No Setor de Gestão Urbanística, para além da análise processual que conduz à emissão de informações técnicas consubstanciadoras de despacho e deliberação, os técnicos superiores

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F.P." and "J.P."]

destes serviços prestaram o devido esclarecimento técnico e processual, no âmbito do espaço semanal constituído para o efeito.

(De referir ainda a participação dos mesmos técnicos em comissões de fiscalização e vistoria cujas ações não são aqui discriminadas).

Os números, de uma forma geral, são muito semelhantes aos do ano anterior. Os restantes parâmetros mantêm-se sensivelmente iguais com um ligeiro decréscimo.

A atividade desenvolvida traduz-se, em síntese, na seguinte tabela:

Obras Particulares		2018	2017
Processos		468	479
Requerimentos		1055	1159
Informados		2522	2886
Deferidos	por despacho	362	480
	por deliberação	63	53
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	960	1043
	Técnicos	1137	1310
Pareceres Externos		116	176
Ofícios / Notificações		871	985

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Ao Setor de Fiscalização compete fiscalizar as atividades de construção no âmbito do território municipal, tendo como principal vetor da atuação, salvaguardar, garantir ou repor a legalidade urbanística.

Este setor, viu-se recentemente privado do desempenho de um dos seus fiscais, em consequência de um pedido deferido de mobilidade. Esta situação obrigou à redefinição das áreas territoriais definidas para cada um dos fiscais.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

O Sector de Desenho, Cartografia e SIG, exerceu a sua atividade no ano de 2018 - tendo em consideração que é composto por uma única técnica superior - concentrando a sua atividade no Sistema de Informação Geográfica, quer na área de planeamento, identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica, bem como na recolha e tratamento de informação de apoio à gestão de todas as infraestruturas.

Considerando a importância do sistema SIG no âmbito da gestão urbanística, ao nível da identificação das diversas operações urbanísticas, ao nível da certificação de pretensões de localização e ao nível da instrução dos próprios processos, este sector trabalhou em



proximidade com o Sector de Gestão Urbanística e com o Gabinete de Estudos e Planeamento, conforme o seguinte resumo:

- Georreferenciação de processos urbanísticos, com apoio à análise técnica e verificação da correta georreferenciação da planta de implantação;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, com a consequente organização e arquivo;
- Remessa ao Setor de Expediente, Arquivo e Serviços Gerais de 685 processos urbanísticos;
- Apoio técnico ao Setor de Fiscalização, com consulta de informação cadastral, identificação de artigos rústicos e urbanos, impressão de cadernetas prediais e impressão de plantas de localização;
- Resposta a requerimentos diversos (35), relativos a numeração de polícia, toponímia, confrontações e convergência de moradas.

O Setor de SIG colaborou na produção e atualização da cartografia decorrente do processo de Alteração por Adaptação ao PDM do Peso da Régua; e nos processos de levantamento de campo dos edifícios devolutos da área urbana de Peso da Régua e Godim - para efeitos de agravamento fiscal do IMI - e dos elementos de publicidade e ocupação do espaço público instalados.

Colaborou ainda com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, destacando-se:

- Georreferenciação da localização dos novos ecopontos, tendo por base as lacunas identificadas na acessibilidade aos pontos de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos - DOPSU;
- Georreferenciação dos circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade - DOPSU;
- Identificação do local de recolha de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos - REEE - DOPSU;
- Elaboração de diversas plantas de localização e identificação matricial, a saber: Quinta do Vallado, Mera, Quinta Velha, Ecopista Ribeirinha, alargamento do caminho de Sergude, alargamento do caminho de Paço, Caminho do Bairro Branco - DOPSU;
- ERSAR - atualização do sistema de abastecimento de água (rede e infraestruturas); atualização do sistema de águas residuais (rede e infraestruturas); atualização do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (recolha indiferenciada e recolha seletiva) com integração dos respetivos circuitos de recolha, cálculo dos níveis de acessibilidade à população e cálculo da percentagem de edifícios abrangidos pela recolha de resíduos sólidos urbanos. Apoio ao preenchimento das tabelas de resposta ao ERSAR, com análise cartográfica e alfanumérica da cartografia existente;
- Setor de Apoio Jurídico e Contencioso - análise cartográfica, análise cadastral, identificação de artigos matriciais e elaboração de plantas de localização;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F.P." and "PS-"]

- GFT - Apoio cartográfico nomeadamente análise do PMDFCI e faixas de gestão de combustíveis, impressão de plantas e análise cadastral. Apoio à localização de situações de risco por falta de gestão de combustíveis junto de edificações e rede viária. Apoio ao projeto Aldeia Segura;
- Identificação da extensão da ecopista para Caldas de Moledo, Barragem de Bagaúste e Linha do Corgo;
- Resposta ao pedido de informação da PRONGEL, no âmbito da elaboração do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Eletrificação do Troço Marco de Canaveses - Régua, da Linha do Douro;
- Identificação e georreferenciação dos artigos rústicos confinantes com a Linha do Corgo e das infraestruturas associadas;
- Identificação de artigos e elaboração de cartografia para a Prova Especial de Cross;
- Elaboração de planta de localização com os condicionamentos de trânsito, no âmbito da Festa de N.ª Sr.ª do Socorro;
- Elaboração de planta de localização com os condicionamentos de trânsito, no âmbito da Prova de Ciclismo EN2 e da Volta a Portugal em Bicicleta;
- Identificação do limite da exploração de volfrâmio comunicada pela DGEG;
- DAF - Cálculo da extensão da rede da SONORGAS para aplicação de taxas de direito de passagem.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

O Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) tem como principais atribuições, a elaboração de estudos e projetos para ações de requalificação urbana ou de construção de equipamentos concelhios de iniciativa autárquica ou em parceria, o apoio às respetivas obras, e o desenvolvimento ou acompanhamento dos diversos processos de planeamento.

Muitos dos trabalhos, estudos preparatórios ou projetos realizados em 2018 e à semelhança dos anos transatos, serviram de enquadramento ou suporte a candidaturas ao novo quadro comunitário de apoio.

Esta estrutura, considerando a multidisciplinaridade da sua equipa, apoiou como é habitual outras divisões orgânicas do município em diversas ações e tarefas, das quais se destacam no ano de 2018:

Estudos

- Centro Tecnológico - edifício do Fajal, Peso da Régua | estudo de viabilidade;
- Propriedade REFER - entrada da cidade, Peso da Régua | estudo-base;



- Estudo Viário de Peso da Régua - estrada exterior de ligação da Rotunda do Concelho à futura rotunda do Continente | estudo base;
- Plano Estratégico Verde | estudo base;
- Ecopista Ribeirinha - Jusante | estudo base;
- Ecopista Ribeirinha - Montante | estudo base;
- CEPED - Centro de Exposições de Produtos Endógenos do Douro | estudo prévio, processo para consulta de especialidades;
- Passadiços - Rio Corgo | estudo prévio;
- Recuperação Paisagística da Margem do Rio Douro Adjacente ao Moledo | estudo prévio;
- Ecopista Régua - Moledo | estudo prévio;
- Ecopista Corgo - Barragem | estudo prévio;
- Câmara Municipal do Peso da Régua - Fachadas | estudo cromático;
- Avenida Manuel de Arriaga | preparação de elementos para apresentação pública do projeto de requalificação da avenida.

Projetos

- Acesso Parque Multiusos / Estacionamento - Fase I - ligação dos 2 parques | projeto de execução;
- Acesso Parque Multiusos / Estacionamento - Fase II - alteração de estacionamento na zona de entrada | projeto de execução;
- Escola Primária de Gervide, Loureiro | adaptação para creche - projeto de execução;
- Recinto de Promoção e Valorização de Produtos Endógenos do Douro - Largo de Godim | processo de candidatura;
- Avenida Dr. Manuel de Arriaga | proposta de arborização;
- Regulamento dos Espaços Verdes da CMPT;
- Normas Técnicas para a Construção de Espaços Verdes e de Manutenção de Espaços Exteriores;
- Recuperação Paisagística da Margem do rio Douro Adjacente à Central do Moledo;
- Tanque Poiares | levantamento e apoio para transferência de localização;
- Bairro Branco | estimativa orçamental - eficiência energética;
- Capela Mortuária de Vinhós | levantamento;
- Escola Primária de Fontelas | adaptação para habitação - levantamento e estudo prévio;
- Publicidade e ocupação de via pública | levantamento e elaboração de documentos de trabalho;
- Bairro Branco | levantamento de habitações tipo, propriedade pública/privada;
- IMI - Classificação de Prédios Devolutos | Levantamento, notificação e atendimento;
- MERCAL - Mercado Local de Produtores de Peso da Régua | projeto de execução, processo de candidatura.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E.P." and "B."]

Apoio

- Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos | elaboração de Anexo I - DOPSU;
- Ribeira da Meia Léguas | apoio e acompanhamento de obra - APA - ARH Norte;
- Regime de Propriedade Horizontal do Bairro Diocese de Vila Real | elaboração de processo para registo - DAF;
- Recinto de Promoção e Valorização de Produtos Endógenos do Douro - Largo de Godim | projeto de infraestruturas elétricas.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

O Gabinete Técnico Florestal tem por objetivos a concretização das tarefas de planeamento, operacionalidade, gestão, controlo e administração, de modo a que o combate aos incêndios florestais seja estruturado e eficaz.

Este gabinete, constituído por uma técnica florestal, trabalha em consonância com o Gabinete de Proteção Civil, e no ano de 2018, concluído o período de licença de maternidade da técnica responsável, retomou a atividade quase em pleno, dividida pelos seguintes níveis: Planeamento, Operacional e Administrativo:

Planeamento

- Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM) que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, designadamente na identificação e resolução de situações.

Operacional

- Acompanhamento dos Programas de Ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;
- Acompanhamento das ações referentes às faixas de gestão de combustível da rede viária com responsabilidade municipal, que incluiu a notificação de todos os proprietários confinantes com a Rede Viária Municipal que vai sofrer intervenção no ano de 2019;



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'E.P.' and 'P.S.' at the bottom.

- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas;
- Relacionamento e apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;
- Apoio no sector silvo pastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios; estão marcadas faixas nas freguesias de Sedielos e Vinhós;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais;
- Apoio na implementação do Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” em colaboração com as Juntas de Freguesia onde o programa foi implementado, nomeadamente na freguesia de Sedielos e na União de Freguesias de Moura Morta e Vinhós;
- Elaboração de relatórios mensais ao CDOS sobre o estado da implementação do referido programa;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Apoio no setor silvo pastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios. Estão marcadas faixas nas freguesias de Sedielos e Vinhós;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais.

Administrativo

- Emissão de propostas e pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimas, queimadas e lançamento de fogo-de-artifício;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal.



E.O
ff

DDSE

Divisão de Desenvolvimento Social
e Equipamentos



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including names like 'F. P.' and 'D. F.'.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

ASSOCIATIVISMO

Em 2018, o Município do Peso da Régua contava na sua base de dados com um total de 53 associações com a seguinte distribuição, segundo o seu objeto social: 15 culturais, 18 desportivas, 9 juvenis e 11 sociais.

Segundo o Programa de Apoio ao Associativismo, implementado neste Município desde 2007, estas associações podem usufruir de quatro tipos de apoio: monetário, transporte, cedência de instalações/equipamentos e logístico.

A estas associações foi atribuído um total global monetário de 908.136,80€ repartidos da seguinte forma: associações juvenis 32.158,00€, associações culturais 173.848,00€, associações desportivas 418.539,00€ e associações sociais 283.591,80€ (inclui refletido o valor de apoio atribuído às IPSS'S e Associação dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua).

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num custo total de 213.277,00€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 111.660,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 47.802,00€ e ao Campo Dr. Rui Machado 53.815,00 € (aumento de cerca de 35.126,50€ em apoio).

Os apoios em termos de transporte também foram contabilizados e os 397 pedidos de transporte satisfeitos em 2018 traduziram-se num custo total para o Município de 147.130,00€ (um aumento de 56.878,00€ em apoio).

Desde 2014 que refletimos o apoio concedido com a cedência de espaços onde as associações podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2018 este apoio resulta em 293.400,00€, aumento de cerca de 55.800,00€ face ao ano transato.

O associativismo ultrapassa, novamente, a barreira do milhão de euros, sendo que o valor real e global dos subsídios atribuídos é de 1.561.943,80€, um investimento de mais de 400.000,00€ comparativamente ao ano anterior, decorrente da aposta do Município no apoio à dinâmica associativa concelhia que se revestem de uma importância para a visibilidade do concelho.

Tal como nos anos anteriores, podemos verificar que, apesar das associações desportivas continuarem a ser a classe associativa com maior percentagem de apoio, verificou-se um aumento de subsídios concedidos a outras associações, de forma a estimular uma maior dinâmica associativa concelhia.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with the letters "E.I.O." visible.

LOJA INTERATIVA DE TURISMO

Desde fevereiro de 2017 que o Município faz a gestão da Loja Interativa de Turismo (adiante LIT) integrando a rede de equipamentos municipais.

Em 2018 foram feitos um total de 9907 atendimentos na LIT, sendo o mês de agosto o de maior afluência de turistas na LIT, sendo de referir que à exceção desse mês em todos os outros a procura na LIT foi maior por parte dos turistas estrangeiros do que dos nacionais.

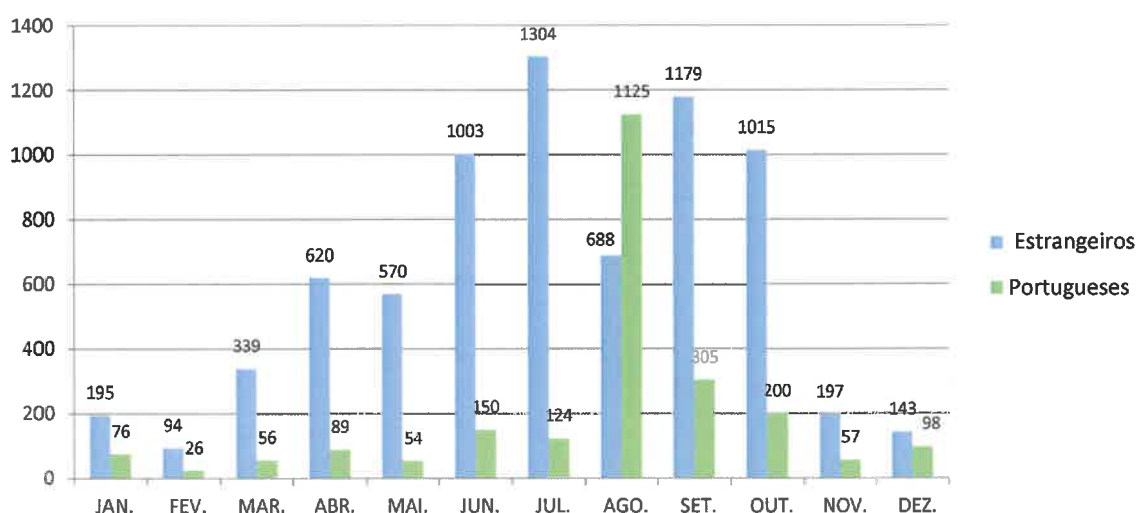


Gráfico 1 - Distribuição da procura da LIT por mês e origem

Importa referir a diminuição no número total na procura face ao ano anterior, devido a ajustes na forma como era contabilizada a procura na LIT. A partir deste ano foram contabilizadas as pessoas que efetivamente entraram na LIT e não aquelas que lhe estavam direta ou indiretamente associadas por via de qualquer meio de transporte, uma vez que apenas essa é uma variável controlável.

Na análise feita por nacionalidades (gráfico 2), ainda que haja um maior detalhe na recolha estatística das mesmas, foram considerados para efeitos de representação gráfica as 10 nacionalidades que têm maior peso no total da procura e somando numa única ponderação as “Outras Nacionalidades”. Pela análise percebemos que os Portugueses constituem cerca de 24% da procura da LIT, seguidos pelos Franceses, Ingleses e Espanhóis, tendo os Norte Americanos a fechar o top 5 dos públicos estrangeiros que procuram a LIT, seguindo a mesma tendência registada em 2017.

Handwritten notes in purple ink:

- 41
- ~~42~~
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50

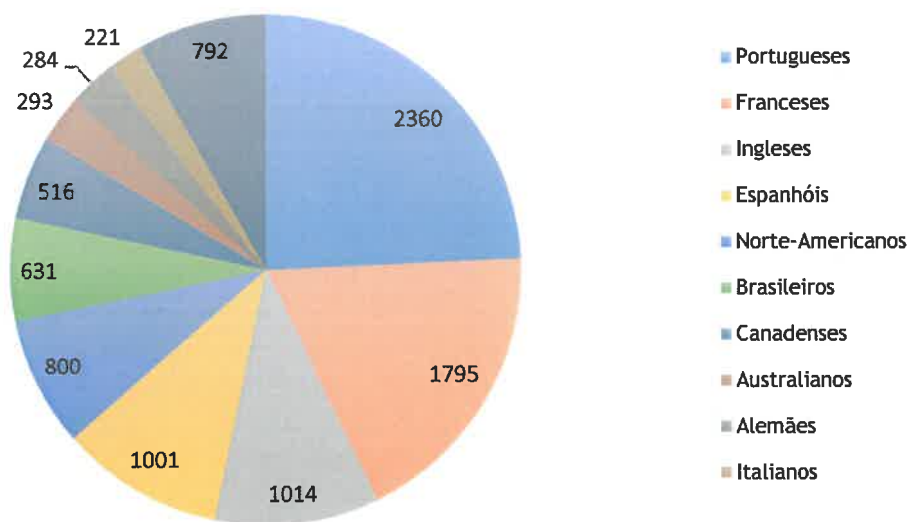


Gráfico 2 - Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

Relativamente ao que motivou a ida à LIT (gráfico 3), o destaque é claro para a pergunta “o que visitar na cidade e no concelho”, no fundo referem-se a uma abordagem de carácter geral sobre o que temos de oferta, surgindo em segundo lugar a procura por informações relativa apenas a quintas e enoturismo do concelho ou da região. Destaque para a procura de informações sobre cruzeiros e sobre o Museu do Douro, o que adicionado ao segundo lugar do registo de motivações, revela um considerável interesse pelo rio e pela paisagem que oferecemos.

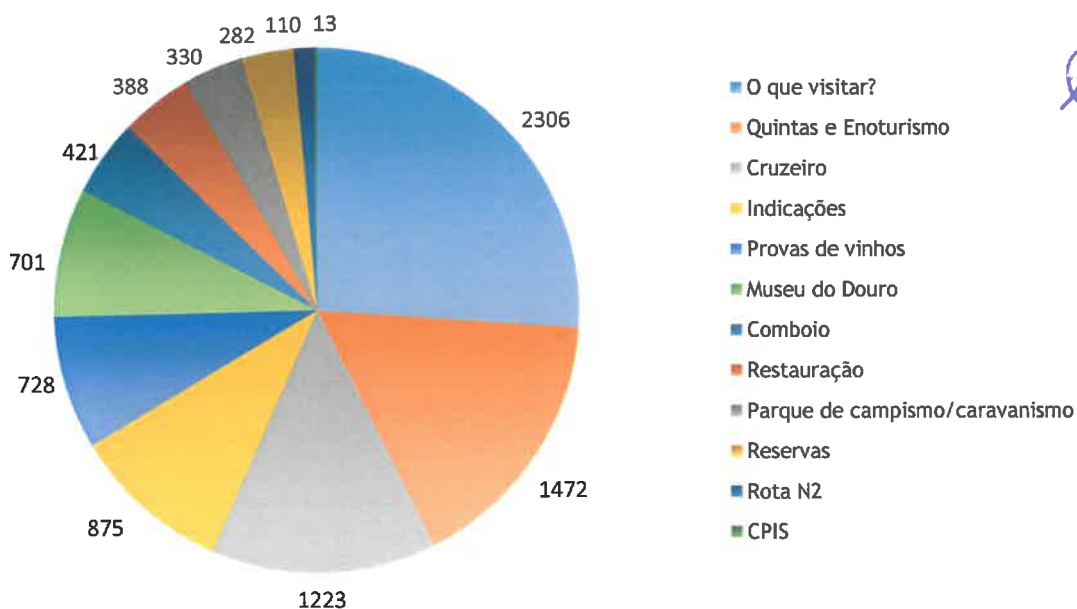


Gráfico 3 - Procura da LIT por motivação

Handwritten signature and initials:
 \$
 F.P.

Foi feito ainda o registo dos visitantes por género e por idades (gráfico 4), verificando-se em 2018 que a procura por parte do género masculino é ligeiramente superior à do género feminino, invertendo-se o registo de 2017, e nos dois géneros a faixa dos +61 anos é a que tem maior preponderância tem nos resultados.

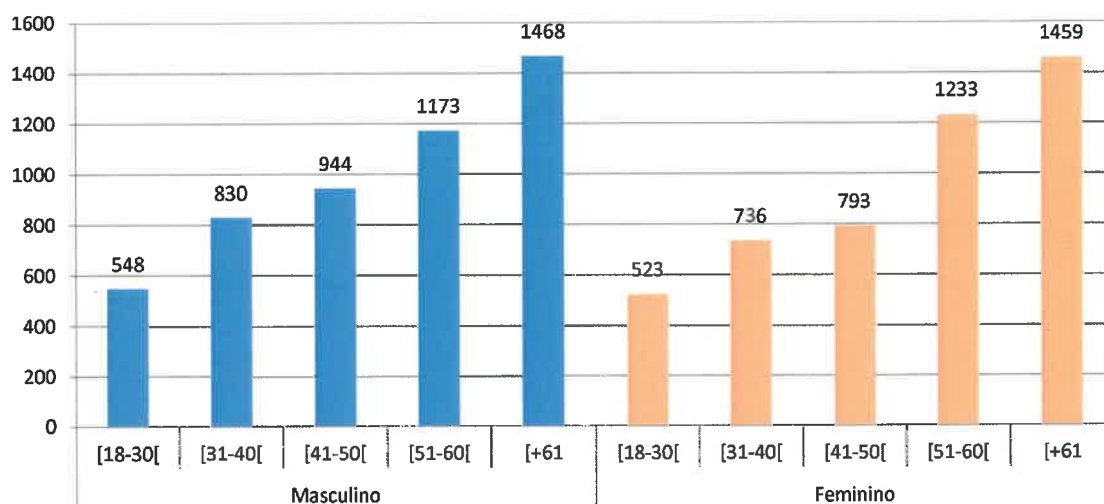


Gráfico 4 - Procura da LIT por género e faixa etária

Desde julho, altura em que passamos a ter na LIT carimbo da EN2 disponível, iniciámos o registo estatístico individual no que respeita ao género e à faixa etária dos turistas da EN2 (gráfico 5). A procura é diminuta comparativamente a outras motivações, mas registamos que ainda assim é maior que a relativa ao Caminho Português Interior de Santiago (CPIS). É claramente superior a procura por parte do género masculino e, neste género, destaca-se a faixa dos 41 aos 50 anos de idade.

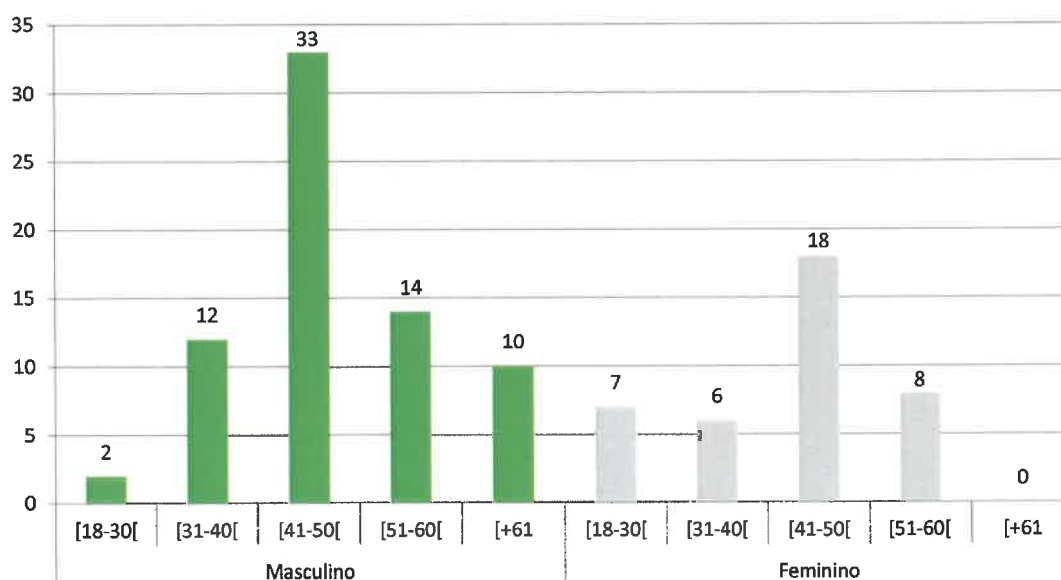


Gráfico 5 - Procura da LIT para carimbar passaporte da N2

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the initials 'E-P'.

Já no que concerne ao CPIS o registo diferenciado por género e idade começou a ser feito a partir de maio tendo registado a LIT uma procura de 13 pessoas para carimbar a caderneta do peregrino, sendo que são as pessoas do género masculino na faixa etária dos 51 aos 60 que mais procuraram a LIT.

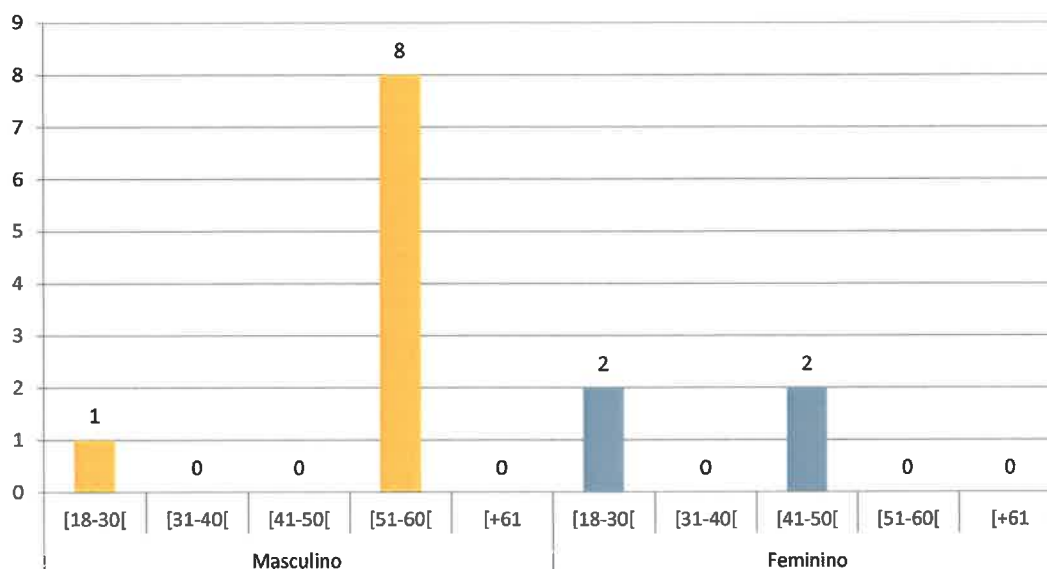


Gráfico 6 - Procura da LIT para carimbar a caderneta do peregrino do CPIS

AUDIR

O trabalho cultural desenvolvido no Auditório Municipal do Peso da Régua tem enfoque nos reguenses. A identificação dos interesses do nosso público-alvo, permitiu-nos evoluir, sob o ponto de vista de resultados, sobretudo, ao nível de público e de valores de bilheteira.

O Auditório Municipal do Peso da Régua mantém a programação semanal multidisciplinar, que inclui as habituais sessões de cinema à sexta-feira e ao domingo. As propostas tidas em cartaz, no que se refere à programação de palco, têm merecido o bom acolhimento por parte do público. Além disto, foram incrementadas ações como conferências, debates e ações de informação, que nos permitiram catalisar novos públicos. No que se refere às exposições temáticas os resultados foram consolidados. O trabalho em rede com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo foi intensificado, tendo os alunos assistido a peças de teatro e sessões de cinema, especialmente programadas para eles.

Assim, em 2018, o AUDIR proporcionou 102 sessões de cinema e 44 espetáculos de palco para o público em geral, aos quais assistiram cerca de 15000 espetadores. A estes juntamos cerca de 1200 que marcaram presença em cerimónias oficiais, conferências e sessões de informação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E.P." and "Jm".

Cerca de 2000 pessoas visitaram as exposições patentes. De sublinhar que a 9.ª Bienal de Pintura do Douro trouxe até nós um público internacional e vasto. Da mesma forma, o projeto Cultura que Une, promovido com a Galiza, possibilitou o intercâmbio cultural entre artistas do Douro e da Galiza, com reflexo direto nas centenas de pessoas que visitaram a exposição conjunta, no AUDIR.

As nossas crianças e jovens encheram esta “casa” várias vezes. Em 2018, passaram por aqui cerca de 5.000 no âmbito das atividades curriculares.

Estes resultados potencializam a vontade de querer fazer mais e melhor.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Em funcionamento desde o ano de 2006, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua conta, à data de 31 de dezembro de 2018, com 2.407 utilizadores inscritos, menos 2,7% que no ano de 2017, em resultado da atualização da base de dados.

Registaram-se no ano de 2018 na Biblioteca Municipal 1.341 pedidos de empréstimo domiciliário, realizando-se 2.486 empréstimos de volumes/unidades físicas, mais 39,8% do que em 2017.

No ano de 2018 a Biblioteca Municipal registou 18.460 visitas e uma taxa de ocupação de lugares sentados para uso público de cerca de 32,3%, mais 11,5% e 11,4%, respetivamente, do que em 2017, sendo contabilizadas 1.886 sessões de acesso à internet.

Do fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal, os volumes/unidades físicas totalizam 23.729 registos, dos quais 77% se encontram registados e disponíveis aos seus utilizadores.

A Feira do Livro do Douro, em resultado da mudança do seu habitual calendário do mês de setembro para maio, registou uma maior procura por parte de distintos públicos, tanto na adesão ao programa apresentado, bem como ao nível das vendas registadas. Foi dada continuidade ao alargamento da sua área física de atuação, da Biblioteca Municipal para outros espaços, como é o exemplo de apresentações de livros e tertúlias em estabelecimentos de ensino. Existiu ainda uma aposta na realização de atividades nos dias de fim de semana, de forma a potenciar os recursos existentes na captação de públicos de cariz familiar.

Como meio de rentabilização dos recursos físicos, humanos e financeiros, deu-se continuidade às parcerias já existentes com diversas instituições do concelho de cariz educacional e social, com particular incidência nos públicos que frequentam os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao 3.º CEB.

Das atividades correntes que são realizadas, como encontros com escritores/apresentação de livros, exposições sobre livros e autores, exposições de artes plásticas, conferências/palestras, ateliers de promoção da leitura, no ano de 2018, a Biblioteca Municipal continuou a participar

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters "EIP" at the bottom.

e a realizar um número significativo de ações - na sua grande maioria em parceria com as mais diversas coletividades de âmbito local, regional e nacional, das quais se destacam:

- Semana Nacional da Leitura 2018;
- Comemorações do Dia Mundial do Livro e do Dia Mundial do Livro Infantil;
- Concurso de Leitura Ler é Crescer;
- Conversas à Quinta;
- Em abril, letras mil;
- Projeto Ler... Comunicar... Integrar...

Apresentações de livros/revistas:

- As Profissões (Para) Jurídicas em Portugal, de Nuno Poiares;
- Cancro Com Humor II, de Marine Antunes;
- Time Off, de Ana Maria Pinto;
- O Afinador de Memórias, de Jorge Serafim;
- A Febre das Almas Sensíveis, de Isabel Rio Novo;
- Voltemos à Escola, de Paulo M. Moraes;
- Rosas Brancas, de Dulcí Ferreira;
- Saudáveis e à Portuguesa, de Maria João Gregório;
- The Reincarnations, de André Pereira;
- Encontro com... Isabel Ricardo;
- Encontro com... Pedro Seromenho;

Atelier's:

- Jogos Tradicionais do Tempo dos Meus Pais;
- Meu Primeiro Livro;
- Enfeites de Natal;
- Caça ao Ovo da Páscoa;
- Máscaras de Carnaval.

Exposições:

- Técnicas de Animação;
- A Árvore das Folhas A4;
- Lírios da Primavera;
- A Poesia da Cor;
- O Douro e Outros...

Atividades diversas:

- Visita a Serralves | Finalistas do Concurso Ler é Crescer;



- Parceiro na realização da III EXPOKIDS - Exposição de Produtos para Crianças;
- Noite de Lua Cheia | Dia das Bruxas;
- Uma Noite na Biblioteca, em parceria com o Centro Infantil da Sta. Casa da Misericórdia;
- Projeto Chuva de Letras | Guarda Chuvas Solidários;
- Parceiro na realização da Feirinha de Artesanato;
- Visita à Quinta de Stº. Inácio | Alunos com NEE's, no âmbito do projeto Ler... Comunicar... Integrar...;
- Sessões de contos, peças de teatro e espetáculos literários.

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

Um dos objetivos estratégicos do Município assenta na promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos através, da melhoria do serviço público na área de ação social, garantindo assim um melhor acesso a bens e serviços, e uma política mais equitativa para todos.

O agravamento de indicadores associados à pobreza e exclusão social, como a taxa de desemprego, as problemáticas relacionadas com o alcoolismo, toxicodependência, violência doméstica, crianças e jovens em risco, entre outros, fazem da inclusão social uma prioridade municipal. Como tal, nos últimos anos, tem sido prática do Município do Peso da Régua apostar em iniciativas, programas e projetos de ação social. Para o efeito, tem preconizado um conjunto de políticas sociais com o objetivo de estar mais próximo das suas “gentes”, minimizando os fatores de risco a que estão expostas, e promovendo uma cidadania plena e ativa.

Assim, a autarquia disponibiliza horários, locais de atendimento de ação social e atendimento social telefónico, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2018 nos seguintes números: atendimentos - 400; visitas domiciliárias - 180; reuniões de trabalho/parceria - 100; encaminhamentos - cerca de 130 para instituições parceiras.

É de referir que em 2018, o número médio de atendimentos por mês foi de 28, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente, considerando-se o mês de novembro atípico, na medida em que se realizam cerca de 450 atendimentos relativas às inscrições do cabaz de Natal. Os mesmos números refletem o número de visitas, são realizadas em média 15 visitas/mês, sendo que no mês de dezembro este número é mais elevado devido à atividade dos cabazes de Natal. Realizam-se em média cerca de 4 reuniões/mês com os parceiros e ressalva-se a importância do trabalho que é realizado em rede, pois o trabalho promovido por cada uma das entidades é um contributo fundamental para a minimização ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária, sendo necessário o devido encaminhamento de cada situação.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F-P"]

Por sua vez, o Espaço Solidário, tem funcionado nos períodos da manhã e da tarde para melhor servir os munícipes e famílias que usufruem deste apoio social. Através do Espaço Solidário, a Câmara Municipal contribui para uma melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição totalmente gratuita de bens, tais como têxteis, loiças, vestuário e calçado, mobiliário, eletrodomésticos, material didático e brinquedos, entre outros. É de salientar que esta resposta é assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por desempregados inseridos em programas de medidas de emprego - Contrato Emprego Inserção+ ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o IEFP.

De referir ainda a parceria com o Supermercado Continente, numa ótica de responsabilidade social, que cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda.

De janeiro a dezembro de 2018, realizaram-se 580 entregas de cabazes alimentares, sendo que 240 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 30 famílias identificadas como prioritárias no apoio alimentar. De referir que a procura deste apoio tem vindo a aumentar. No total das 520 distribuições alimentares, 340 dizem respeito à atividade pontual de distribuição de Cabazes de Natal no mês de dezembro de 2018. Ao longo de 2018, o Espaço Solidário apoiou uma média de 15 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 30 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No total, o Espaço Solidário sinalizou cerca de 5 famílias novas, perfazendo um total de 94 famílias sinalizadas ao Espaço Solidário, continuando o número de sinalizações a aumentar em relação às anteriores sinalizações ao Espaço Solidário.

No âmbito da sua atuação nos domínios da ação social e de educação, no ano letivo 2017/2018 foram atribuídas 15 bolsas de estudo a estudantes do concelho com condições socioeconómicas mais vulneráveis, no valor de mil euros a cada aluno.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2018 no âmbito da intervenção comunitária:

- Continuação da participação e apoio prestado pelos técnicos do setor de ação social e habitação à Comissão de Crianças e Jovens em Risco, nomeadamente na realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em regulamento e plano de ação da Comissão;
- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F-P' at the bottom.]

- Apoio e participação nas atividades de caráter comunitário, desenvolvidas e implementadas pelo Programa CLDS 3G ao longo do ano;
- Elaboração da candidatura ao Programa Escolhas do Alto Comissariado para as Migrações, tendo sido aprovada pelo período de 2 anos;
- Continuação da dinamização do Banco Local de Voluntariado através do encaminhamento para instituições do concelho e afetação de outros voluntários ao Espaço Solidário. Em 2018 contou-se com duas novas inscrições de voluntários num total de 12 inscritos;
- Continuação da dinamização do CLAS da Rede Social - no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 6 reuniões mensais, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 6 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (45 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho;
- Sinalização e encaminhamento de agregados familiares em situação de carência alimentar, para a resposta Cantina Social;
- Promoção de parcerias e do trabalho em rede, nomeadamente na identificação de situações de vulnerabilidade social e económica e, encaminhamento para apoios/respostas sociais promovidos pela Segurança Social;
- Realização de visitas conjuntas com o Núcleo de Programas Especiais da GNR, no âmbito do Programa Idoso em Segurança, com o objetivo de assegurar as respostas adequadas a cada situação de isolamento,
- Continuação da operacionalização da atividade - oficina domiciliária - através da identificação e encaminhamento de situações. De janeiro a dezembro de 2018 foram sinalizadas e solucionadas 180 situações, na sua maioria sinalizações de idosos isolados com situação irregular na habitação, ou de famílias com baixos recursos económicos.

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) é um serviço local que presta apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em cooperação com os vários Centros de Emprego a nível nacional. O Gabinete presta este apoio, desde 2009 e está situado na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua. São várias as áreas de atividade do GIP, tais como, formação profissional para jovens e adultos desempregados, apoio à procura ativa de emprego, acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, captação de ofertas de entidades empregadoras, divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e adequadas, encaminhamento para ofertas de qualificação, controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters "E.P." at the bottom.

de desemprego, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

O GIP procurou em parceria com as diversas entidades empregadoras do concelho combater o desemprego através da contratualização e da inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma mais e melhores condições de trabalho para os munícipes.

Desde o início da sua atividade até ao presente, o Gabinete de Inserção Profissional pode contabilizar 2147 inscrições de munícipes, que estando numa situação de desemprego, ou em condições precárias de empregabilidade, procuram uma nova oportunidade profissional. No ano de 2018, a Técnica Animadora do GIP realizou 43 novas inscrições.

De janeiro a dezembro de 2018, o GIP realizou 14 Sessões Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 26 Sessões de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 37 Ações de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora e por fim, 5 Sessões de Encaminhamento de Utentes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 947 utentes.

No que concerne à parte do atendimento ao público, são recebidos diariamente no GIP, uma média de 5 a 8 utentes, onde a Técnica Animadora presta apoio aos mesmos na procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos *vitae* e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 170 atendimentos/mês.

Foram registadas 27 novas ofertas de emprego e cerca de 15 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhados para entrevistas, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 679 utentes.

Em relação ao apoio que o GIP presta, na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, foram estabelecidas parcerias com 39 Entidades Privadas e Públicas, 31 das quais pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, tendo sido submetidas 57 candidaturas e colocados 79 munícipes reguenses. Posteriormente, as mesmas Entidades foram também apoiadas na gestão dos processos das suas candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões, em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real. Para além do apoio que o GIP tem vindo a dar às diversas entidades do concelho, surgiu também a necessidade de apoiar outras Entidades de zonas mais limítrofes, nomeadamente nos Concelhos de Lamego, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Alijó e Mesão Frio.

No que concerne à formação profissional, o gabinete conseguiu proporcionar o encaminhamento de 87 munícipes para ofertas formativas, nomeadamente para Cursos de Formação Modular, Cursos de Aprendizagem para Jovens e Educação e Formação de Adultos (EFA), em diversas áreas tais como, Técnico de Mesa e Bar, Técnico Multimédia, Técnico de Turismo Ambiental e

ss.
B
F.P

Rural, Operador de Jardinagem, Geriatria, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade, entre outras áreas. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo, Escola Secundária João de Araújo Correia e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo.

São ainda de salientar, as várias parcerias que o GIP tem estabelecido ao longo do tempo, com o objetivo primordial de dar uma resposta mais rápida, válida e individualizada a todas as necessidades sentidas ao nível do emprego pelos seus munícipes, orientando-os e encaminhando-os sempre para a oportunidade mais proveitosa, existente em cada momento. Neste momento, os parceiros de destaque que colaboram de uma forma direta com o GIP são o Centro de Emprego de Vila Real, o Gabinete de Ação Social do Município e o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua.

A atual conjuntura económico-financeira do nosso País, leva a que as taxas de desemprego se mantenham em níveis, ainda consideravelmente elevados. É precisamente neste sentido que a atuação do GIP se torna fundamental, pois, em conjunto com os parceiros locais anteriormente referenciados é possível responder de uma forma mais individualizada a todas as carências sentidas pelos munícipes do concelho.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

O Desporto é um fenómeno que não tem existência para além dos indivíduos que o exercem, isto é, apresenta-se como uma configuração social que assume a forma de sistema, onde interagem indivíduos com diferentes níveis de participação e poder, diferentes práticas desportivas, diferentes valores, diferentes níveis de organização.

Definir o conceito de desporto implica, pois, delimitar as práticas que são consideradas desportivas e analisar o contexto de desenvolvimento do desporto, o seu papel no interior da sociedade.

Tal como a sociedade, o desporto também se apresenta como um sistema notável às transformações que de uma forma lenta, ou rápida se tem vindo a verificar nas sociedades.

Assim, a tarefa de planear e conceber uma rede de equipamentos desportivos, que satisfaça a procura por parte dos diferentes segmentos da população, impõe um prévio conhecimento e análise das características dos existentes.

Handwritten notes in blue ink:
A.
LH
F-1

Enquadramento**Valores:**

- Confiança;
- Transparência;
- Colaboração;
- Competência;
- Comunicação.

Objetivos Estratégicos:

- Procurar continuar a melhorar a resposta às IPSS com atividades desportivas com os Idosos;
- Otimizar a utilização dos recursos disponíveis no âmbito das valências integrantes dos equipamentos desportivos;
- Contribuição com ações para melhoria do nível de satisfação das necessidades essenciais.

Objetivos operacionais:

- Assegurar a cada um a possibilidade de prática desportiva e de participar em atividades físicas e recreativas num ambiente seguro e saudável;
- Promover a prática do desporto junto de toda a população, que para fins de lazer, de saúde, ou com vista a melhorar as prestações, colocando à sua disposição instalações adequadas;
- Apoiar e estimular as organizações desportivas nos seus esforços que visam desenvolver práticas desportivas coletivas e individuais.

Atividades/Eventos desportivos:

- Atividades da EB 2/3;
- Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades coletivas (Futsal; Andebol; Voleibol) em todos os escalões etários;
- Natal/Jantar dos Idosos;
- Férias 100%;
- Atividades do Boccia sénior/torneio/convívio com a Câmara de Valongo;
- Atividades do Boccia sénior com diversas instituições do nosso Concelho;
- Festa de encerramento da Escola Secundária João de Araújo Correia;
- Festa de Encerramento da EB 2/3;
- Gala do Desporto do Município do Peso da Régua;



- Gala do Desporto da Associação Desportiva de Godim - ADG;
- ARDAD/atividades desportivas;
- Diversos jogos em várias modalidades enquadradas no quadro competitivo do desporto escolar;
- Centro Desportivo Municipal;
- Andebol/Final Four;
- I Torneio/Douro Handball Cup;
- Festandes de Andebol em vários escalões de formação.

O Pavilhão Multiusos António Saraiva continua com uma carga horária elevada, chegando por vezes ao limite da sua capacidade física.

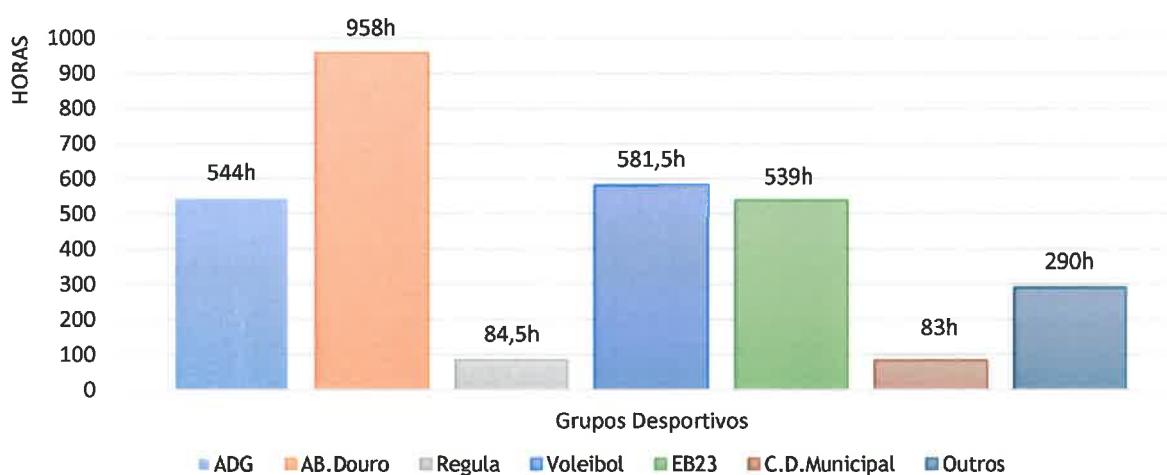


Gráfico 7 - Ocupação do Pavilhão

Atividades/eventos desportivos realizadas no Estádio Municipal:

Torneios de futebol

- Iniciados;
- Juvenis;
- Juniores.

Torneio da Academia

- Sub13;
- Sub12;
- Sub11;
- Sub10;
- Sub9;
- Sub8.

Torneio de Futebol dos Veteranos e Velhas Guardas;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F.C.P.' at the bottom.

Jogos dos quadros competitivos dos diversos escalões do clube.

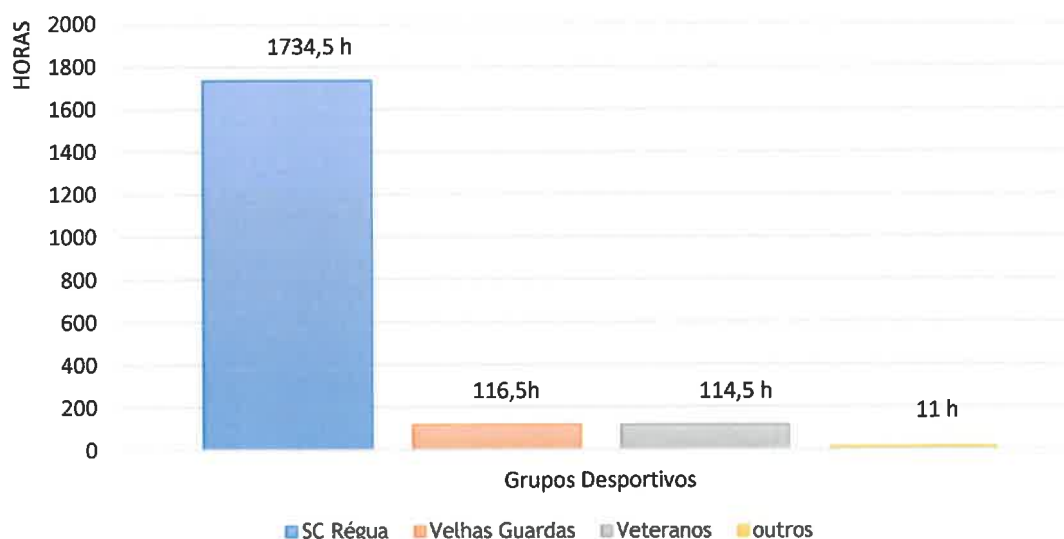


Gráfico 8 - Ocupação do Estádio Municipal

Compete ao Responsável pelas Instalações Desportivas Municipais (Pavilhão Multiusos António Saraiva e Estádio Municipal Artur Vasques) a responsabilidade de articular com os demais serviços a gestão corrente dos referidos espaços desportivos:

- Colaborar na logística da organização dos eventos promovidos pelas diversas entidades que utilizem o Pavilhão Municipal de forma regular ou pontual;
- Estabelecer pontes de entendimento entre os diversos clubes e grupos de utilizadores;
- Definir mapas de ocupação em conformidade com o que está estabelecido no regulamento de funcionamento e utilização das referidas instalações desportivas;
- Referenciar o número de utilizadores de clubes com carácter Federativo/Associativo.
- Referenciar o número de utilizadores/grupos que utilizam o Pavilhão com carácter lúdico;
- Procurar ações que visam a sensibilização de todos para as boas práticas na utilização dos espaços desportivos;
- Cumprir e fazer cumprir os regulamentos dos respetivos espaços desportivos;
- Elabora e fazer chegar aos respetivos serviços as Fichas de Atividade.

INSTALAÇÕES	Nº TOTAL DE UTILIZADORES	Nº TOTAL DE HORAS
Pavilhão Multiusos António Saraiva	23.636	3.080 h
Estádio Municipal Artur Vasques	25.677	1.976,5 h
Total	49.313	5.056,5 h

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E-P" at the bottom.

PISCINAS MUNICIPAIS

De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças e adultos; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia; e Aulas de Grupo constituído por: Dance Kids; Zumba; Step; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit e Localizada; Aerodance; Treino Hiit; Core, Pilates e Body Jump.

A natação no pré-escolar e 1º ciclo tem sido uma das prioridades do Município do Peso da Régua, tendo usufruído deste projeto cerca de 447 crianças. No 2º e 3º ciclo 512 crianças usufruíram das nossas instalações. O número total de utentes em 2018 nas classes organizadas foi de 1301, registando um total de 36.599 entradas. Do número registado de utentes, 71% são do sexo feminino e 29% do masculino. A modalidade que atrai mais utentes é, desde o primeiro ano, a Hidroginástica.

Destinadas, as instalações, a servir essencialmente a população reguense, ainda assim, conseguem atrair público externo ao concelho do Peso da Régua - 67% dos utentes são do concelho, sendo que 33% são de outros concelhos. De forma a promover a coesão social e um estilo de vida saudável, pontualmente foram organizados eventos para utentes e não utentes, tais como o Carnaval (97 participantes), Dia internacional da mulher (45 participantes), Dia da Água (82 participantes), Aquafamily (32 participantes), Halloween (59 participantes), 7º Aniversário (121 participantes). A semana da juventude e desporto continua a ser uma referência no concelho, sendo que 1820 participaram ativamente neste evento.

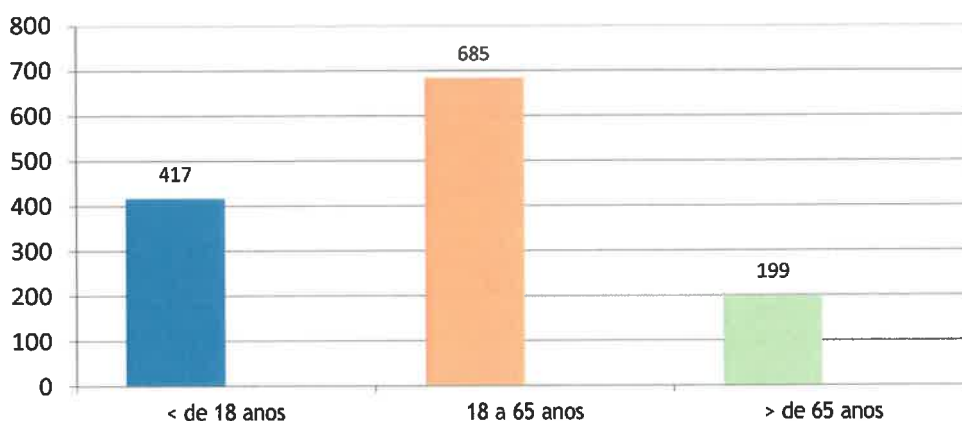


Gráfico 9 - Utentes por idades

~~B~~

A bar chart with a vertical axis ranging from 0 to 1400 in increments of 200. The horizontal axis lists four categories: Escolas, utentes, Atividades, and Outros. The bars are colored orange, blue, green, and yellow respectively. The values for each bar are labeled on top: 851 for Escolas, 1301 for utentes, 844 for Atividades, and 96 for Outros.

Categoria	Valor
Escolas	851
utentes	1301
Atividades	844
Outros	96

Gráfico 11 - Utilizadores em Geral








DAF

Divisão Administrativa e Financeira



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the letters 'E.P.' at the bottom.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

A importância da satisfação das necessidades coletivas exige, no caso da autarquia, que prossiga uma atividade organizada através de uma estrutura humana sem a qual não poderia funcionar. Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

DISTRIBUIÇÃO POR CARGO/CARREIRA E GÉNERO

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2018 era de 280, com clara predominância da carreira de assistente operacional. O número de homens e mulheres é muito aproximado, sendo que os homens constituem 51% dos trabalhadores, de salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior e assistente técnico. Verifica-se um rácio de 70 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2018, comparativamente a 2017.

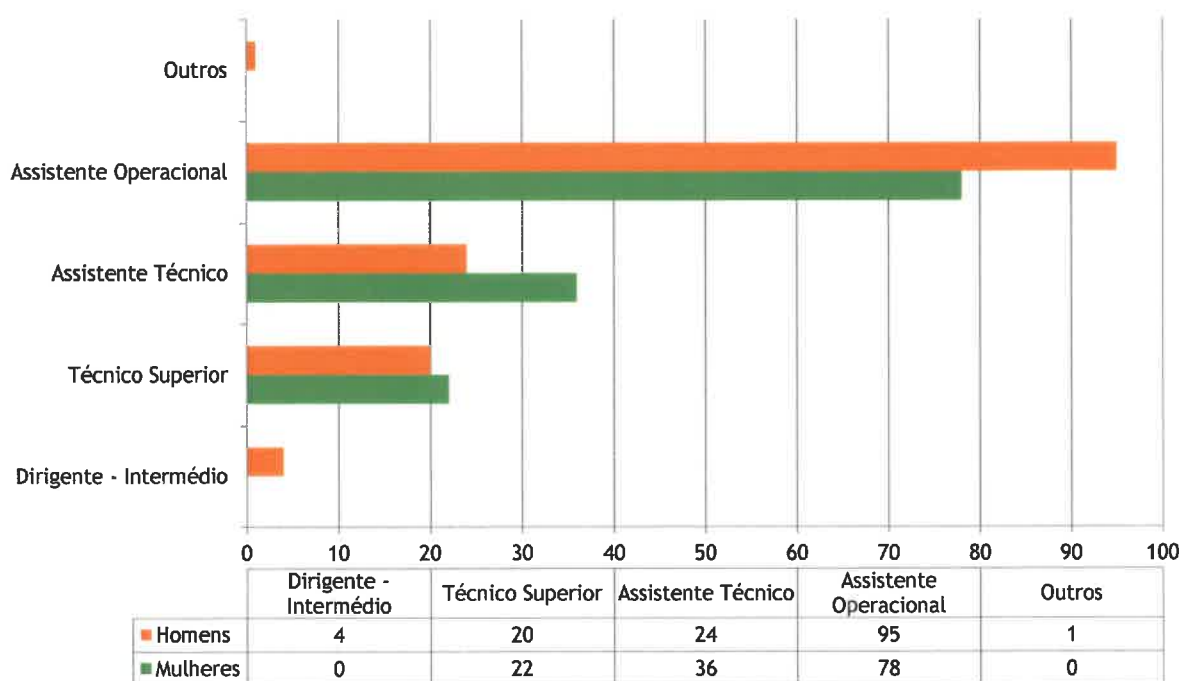


Gráfico 12 - Distribuição por cargo/carreira e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2018	H	4	20	24	95	1	144
	M	0	22	36	78	0	136
	T	4	42	60	173	1	280
2017	H	4	20	25	89	1	139
	M	0	23	34	78	0	135
	T	4	43	59	167	1	274
2016	H	4	18	25	91	2	140
	M	0	21	35	77	0	133
	T	4	39	60	168	2	273
2015	H	4	18	25	93	2	142
	M	0	20	35	61	0	116
	T	4	38	60	154	2	258
2014	H	4	16	25	98	2	145
	M	0	21	36	79	0	136
	T	4	37	61	177	2	281
2013	H	5	16	26	102	2	151
	M	0	23	37	88	0	148
	T	5	39	63	190	2	299

MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 89% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

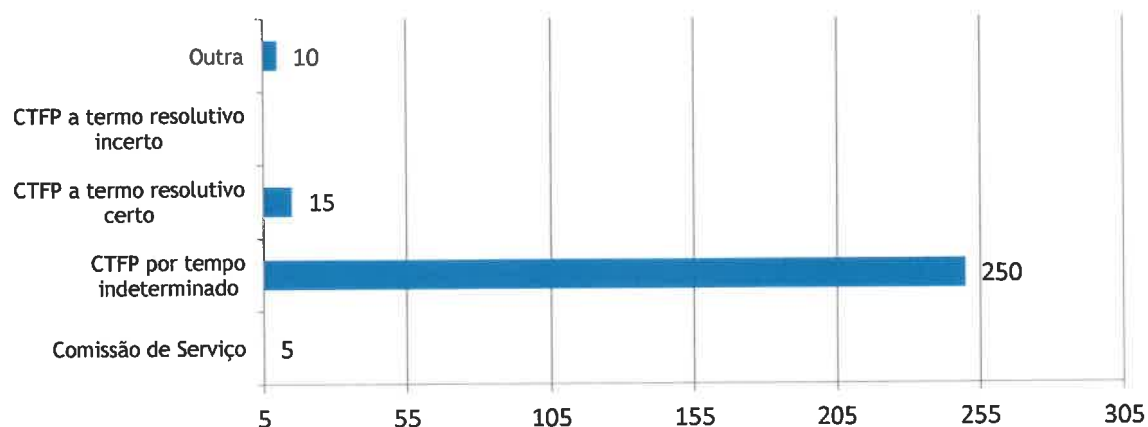


Gráfico 13 - Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermediário	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0	1	5
CTFP por tempo indeterminado	0	27	60	163	0	250
CTFP a termo resolutivo certo	0	15	0	0	0	15
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	10	0	10
Total	4	42	60	173	1	280

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 36% dos funcionários têm entre 50 a 59 anos, 19 % têm 30 a 39 anos e 24% têm entre 40 a 49 anos de idade.

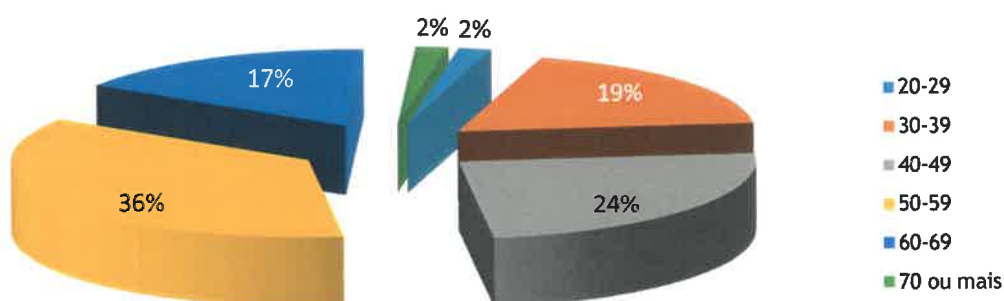


Gráfico 14 - Trabalhadores segundo faixa etária

O escalão etário mais representado é 50-59 anos, sendo que dos 101 funcionários que se situam neste intervalo etário, 49 são mulheres e 52 são homens, representando assim 36% do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou +
Homens	0	3	9	14	19	18	21	31	22	6	1
Mulheres	0	2	6	24	18	14	19	30	12	7	4
Total	0	5	15	38	37	32	40	61	34	13	5
	5		53		69		101		47		5

Handwritten notes and signatures in blue ink, including 'F-10' and various initials.

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

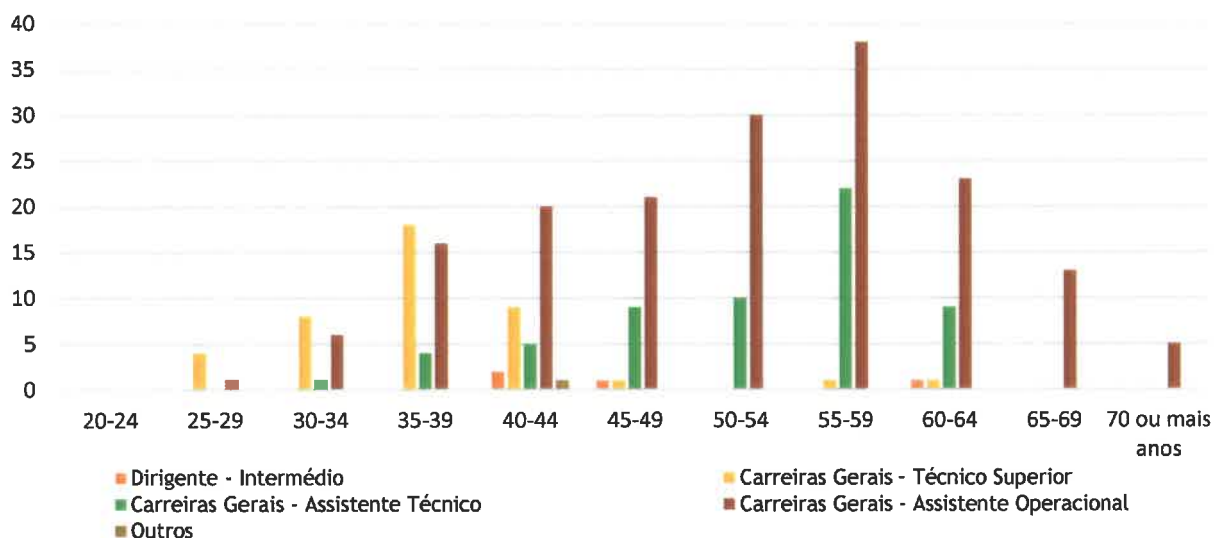


Gráfico 15 - Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto que nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

ANTIGUIDADE

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

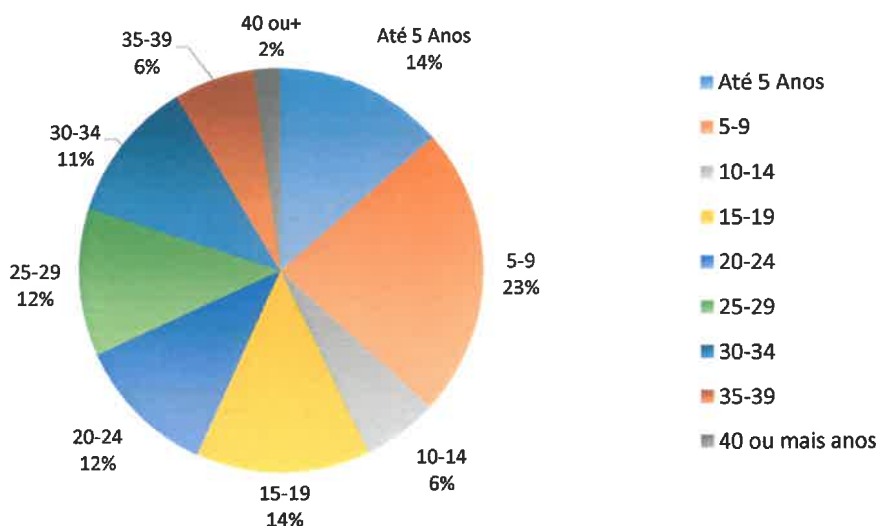


Gráfico 16 - Trabalhadores por escalão de antiguidade

PS.
897
EIP

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que na carreira de técnico superior, cerca de 89% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até aos 9, entre os 15 e os 19 e os 20 e os 24 anos, perfazendo 110 dos 173 trabalhadores desta carreira.

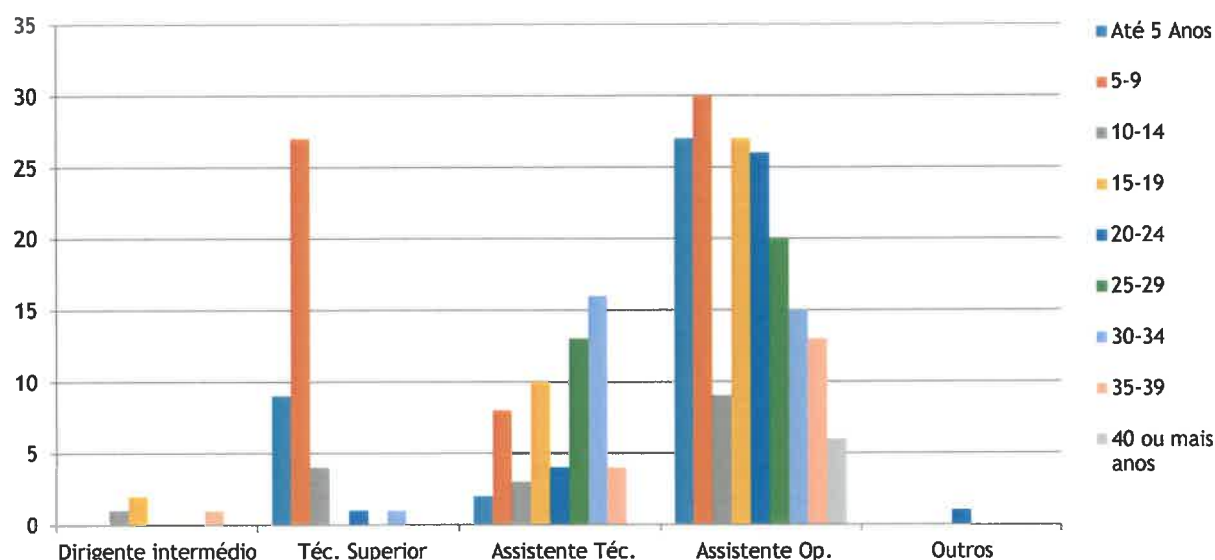


Gráfico 17 - Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo

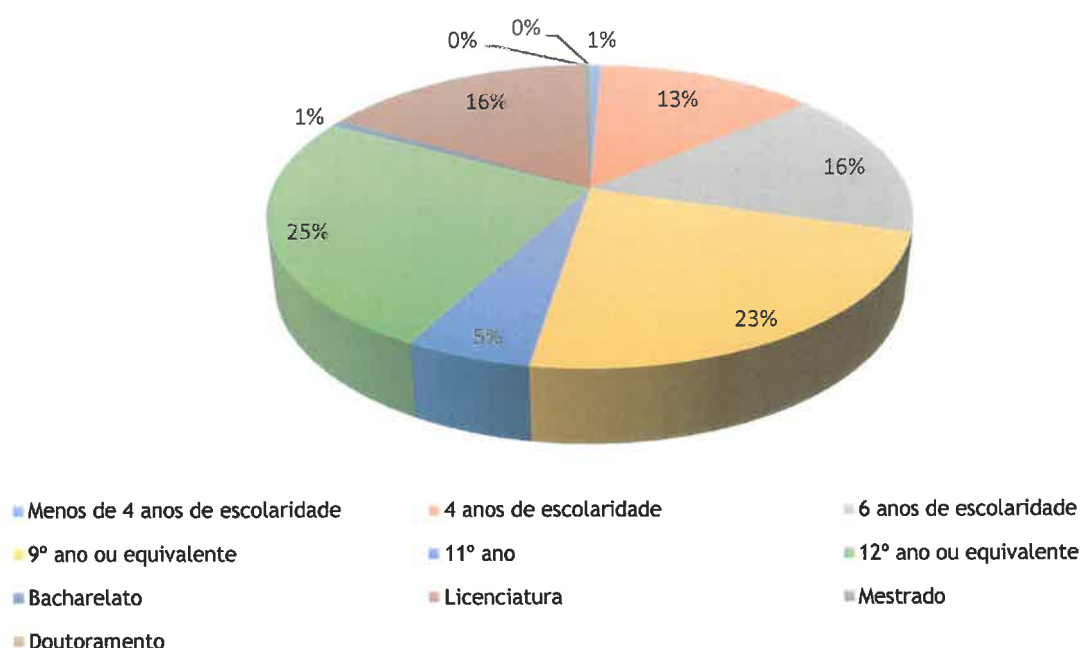


Gráfico 18 - Estrutura habilitacional dos trabalhadores

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the signature 'E-P' at the bottom.

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal.

Verifica-se que 17% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 23% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 25% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4º ano de escolaridade	0	0	0	2	0	2
4º ano de escolaridade	0	0	0	37	0	37
6º ano de escolaridade	0	0	2	42	0	44
9º ano ou equivalente	0	0	14	50	0	64
11º ano	0	0	9	6	0	15
12º ano ou equivalente	0	0	35	34	1	70
Bacharelato	0	2	0	0	0	2
Licenciatura	4	39	0	2	0	45
Mestrado	0	1	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	42	60	173	1	280

ABSENTISMO

Da análise do absentismo, é de assinalar a doença como o principal motivo de ausência ao trabalho, seguida da proteção na parentalidade.

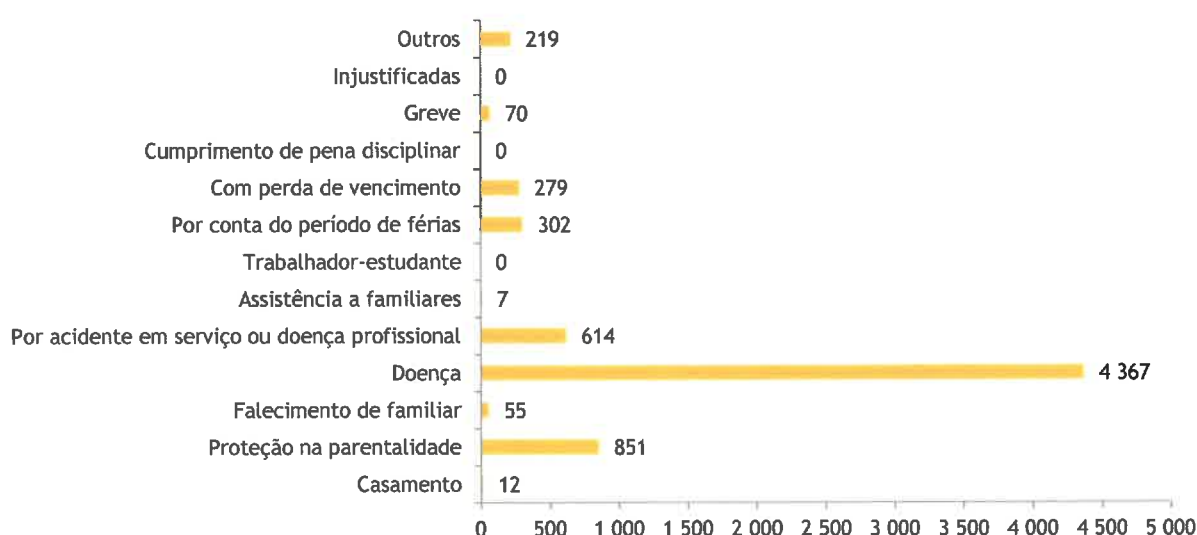


Gráfico 19 - Motivos para ausência ao trabalho

A carreira com maior taxa de absentismo é a de assistente operacional, com 70%, que resulta essencialmente de doença.

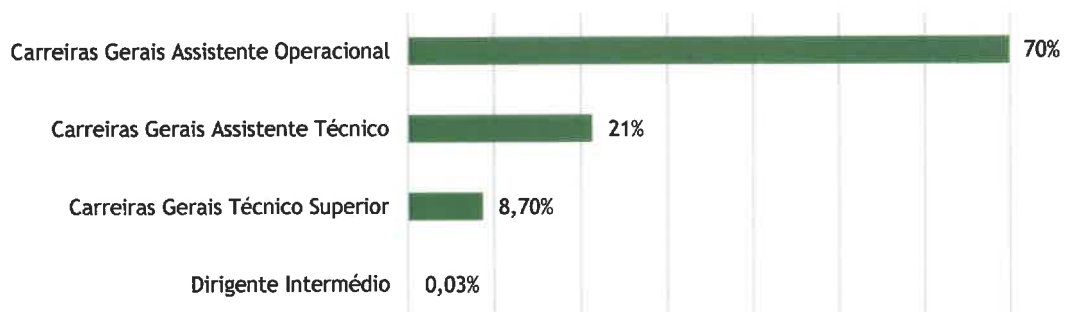


Gráfico 20 - Ausências por cargo/carreira

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Total
Dias de ausência	2	590	1 447	4 737	6 776

ENCARGOS COM O PESSOAL

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2018 aos 3 773 258,99€, dos quais 81,6% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2018
REMUNERAÇÕES BASE	3 079 248,94 €
Suplementos Remuneratórios	180 332,84 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	26 308,11 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	101 721,90 €
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	11 035,09 €
Ajudas de custo	13 911,70 €
Representação	27 356,04 €
Prestações Sociais	333 344,37 €
Abono de Família	11 299,18 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	1 673,21 €
Subsídio de refeição	276 516,89 €
Subsídio por morte	
Benefícios Sociais	41 767,09 €
Outras prestações sociais	2 088,00 €

Execução Financeira



SS. An
EIP

EXECUÇÃO FINANCEIRA

RECEITA

A execução financeira da receita foi de 23.556.700,72€, representando, em termos percentuais, 86,5% das previsões definidas em Orçamento.

Do valor global da receita cobrada líquida, 52,35% corresponde à receita corrente e 47,06% à receita de capital.

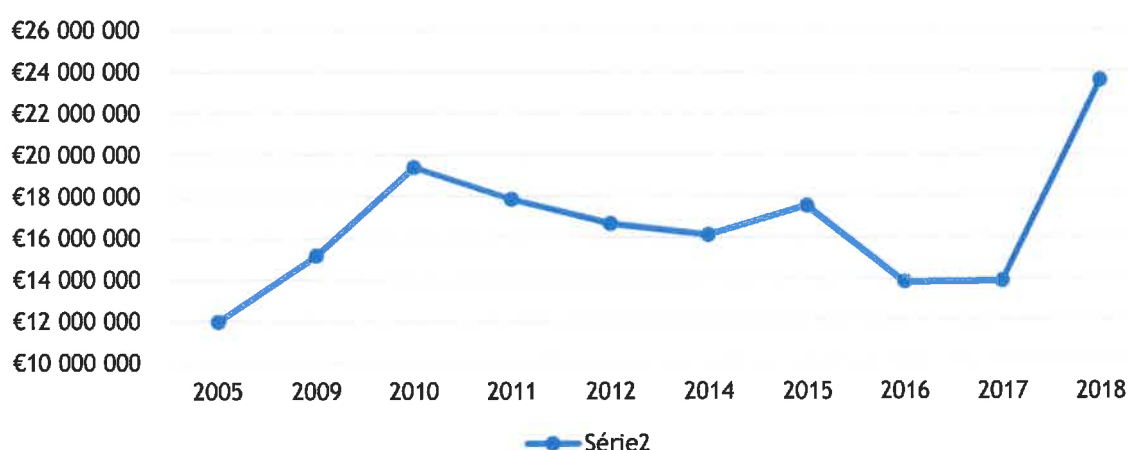
RECEITA		
Corrente	Capital	Outras
12 331 154,14€	11 086 298,17€	139 248,41€

Efetuada uma análise comparativa entre a receita estimada corrigida e a receita cobrada líquida, verificamos que, de uma previsão corrigida de 27.243.982,12 €, foram arrecadados 23.556.700,72 €, o que representa cerca de 86,5%.

2005	2009	2010	2011	2012
11.963.681€	15.145.548€	19.405.988€	17.859.606€	16.672.650€

2014	2015	2016	2017	2018
16.132.479€	17.540.157€	13.871.674€	13.907.330€	23.556.701€

Evolução da Receita desde 2005



Comparativamente ao ano anterior, as receitas arrecadadas apresentam um aumento muito significativo. Este aumento deve-se essencialmente à receita do empréstimo de substituição de dívida contratado em março de 2018.

RECEITA DE CAPITAL

De uma previsão orçamental corrigida de 13.155.100,81€, verificou-se uma execução financeira de 11.086.298,17€, correspondente a 84,3% da receita prevista.

Descrição		Receita Prevista	Receita Cobrada	Percent. Execução
RECEITAS DE CAPITAL		13.155.100,81 €	11.086.298,17 €	84,3%
9.	Venda Bens de Investimento	144.137,54 €	- €	0,00%
10.	Transferências de Capital	3.012.112,74 €	1.187.627,64 €	39,4%
12.	Passivos financeiros	9.998.850,53 €	9.898.670,53 €	99,00%
15.	Outras Receitas	100,00 €	139.142,54€	139 142,50%
16.	Saldo da Gerência Anterior	105,87 €	105,87 €	100,00%

Receitas de Capital



Tal como foi referido anteriormente as receitas de capital apresentam um aumento, fruto da receita do empréstimo de substituição de dívida.

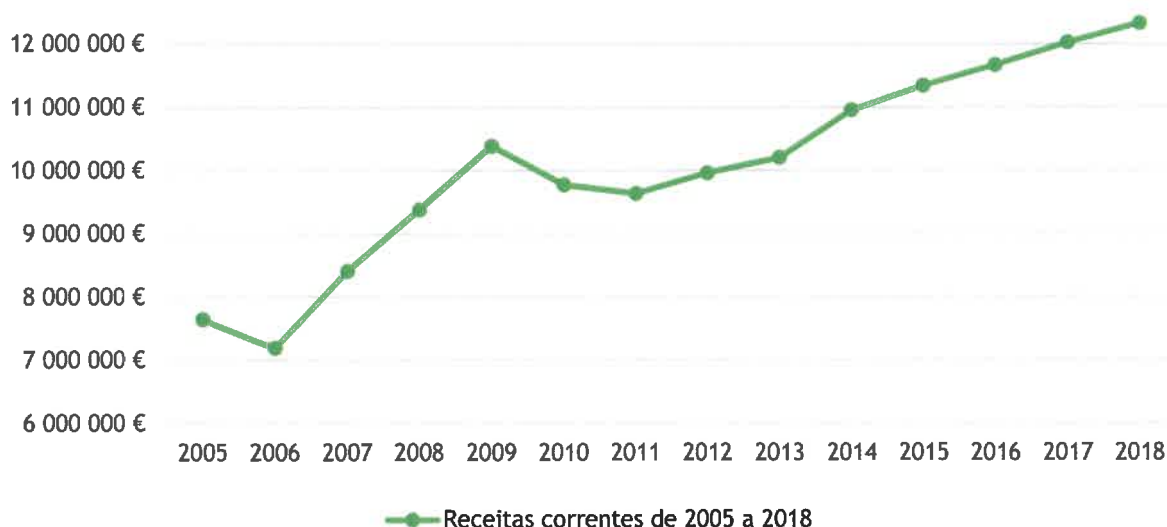
RECEITA CORRENTE

Ao nível da execução orçamental da receita corrente verificamos que, de uma previsão corrigida de 14.088.675,44€, foram arrecadados 12.331.154,14 € correspondente a cerca 87,5% da receita inicialmente prevista.

2005	2009	2010	2011	2012	2013
7.640.459€	10.385.315€	9 774 005€	9.637.313€	9 957 712€	10 204 338€

2014	2015	2016	2017	2018
10 956 173€	11 341 116€	11 668 201€	12 027 617€	12 331 154€

Evolução das Receitas Correntes de 2005 a 2018



As receitas correntes apresentam um crescimento sustentado, mantendo a tendência dos últimos anos.

Nos quadros seguintes podemos verificar, de forma detalhada, a execução financeira de cada uma das sub-rubricas.

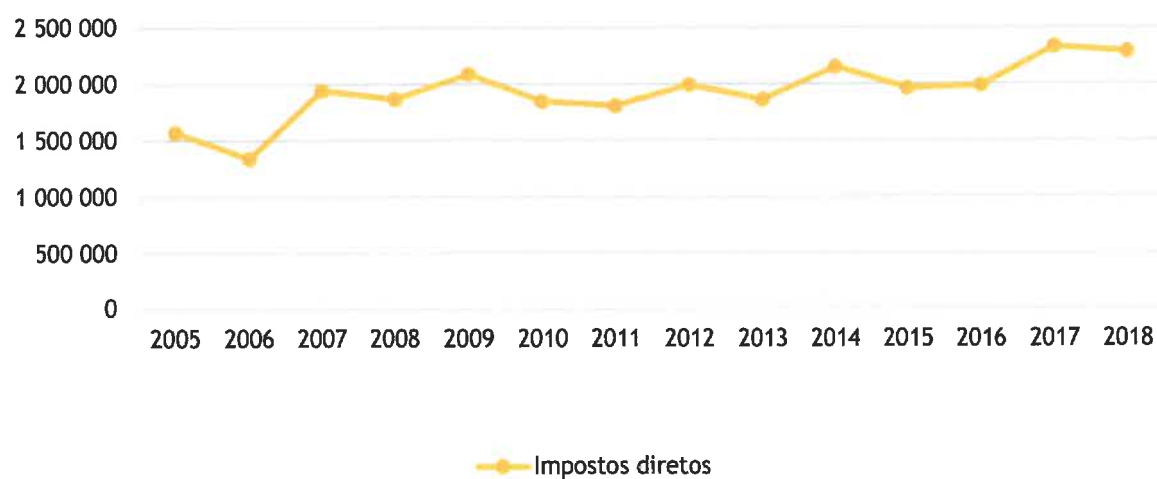
Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percentagem Execução
01. Impostos Diretos	2 239 717,17€	2 286 830,01€	102,1%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AF', 'F-P', and 'B'.

2005	2009	2010	2011	2012	2013
1 569 010€	1 087 583€	1 846 892€	1 804 999€	1 991 458€	1 860 554€

2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 860 554€	2 153 795€	1 963 703€	1 986 097€	2 330 018€	2 286 830€

Evolução dos Impostos Diretos de 2005 a 2018



Os impostos diretos apresentam um ligeiro decréscimo, cerca de 1,85%, comparativamente ao estimado inicialmente.

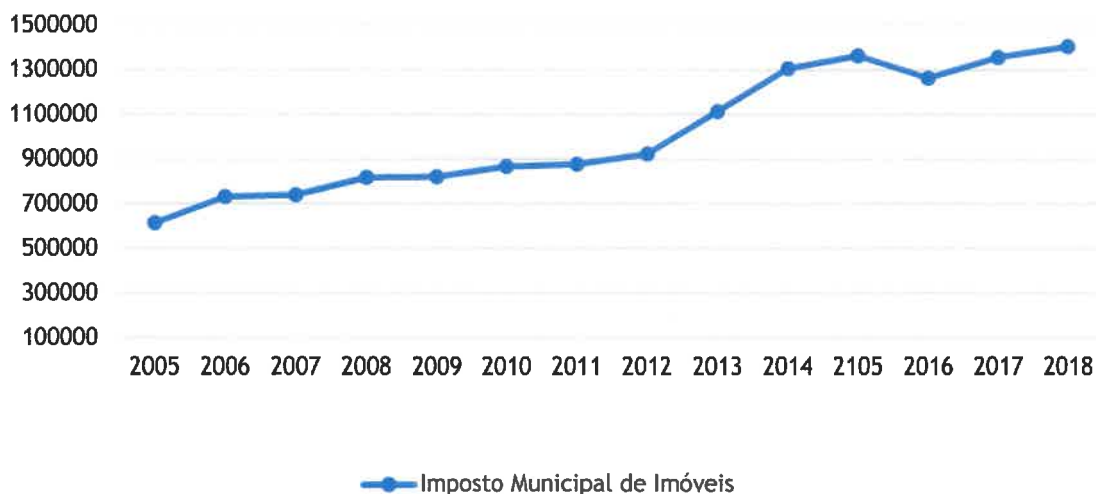
Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Execução
01.02.02. IMI-Imposto Municipal s/imóveis	1 333 987,76€	1 404 077,74€	105,3%

2005	2009	2010	2012	2013
612.419€	819.067€	866.589€	923.115€	1.112 588€

2014	2015	2016	2017	2018
1 307 361€	1 362 889€	1 261 797€	1 356 359€	1 404 078€

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the text 'P.S. E. P.' at the bottom.

Evolução das receitas do IMI de 2005 a 2018



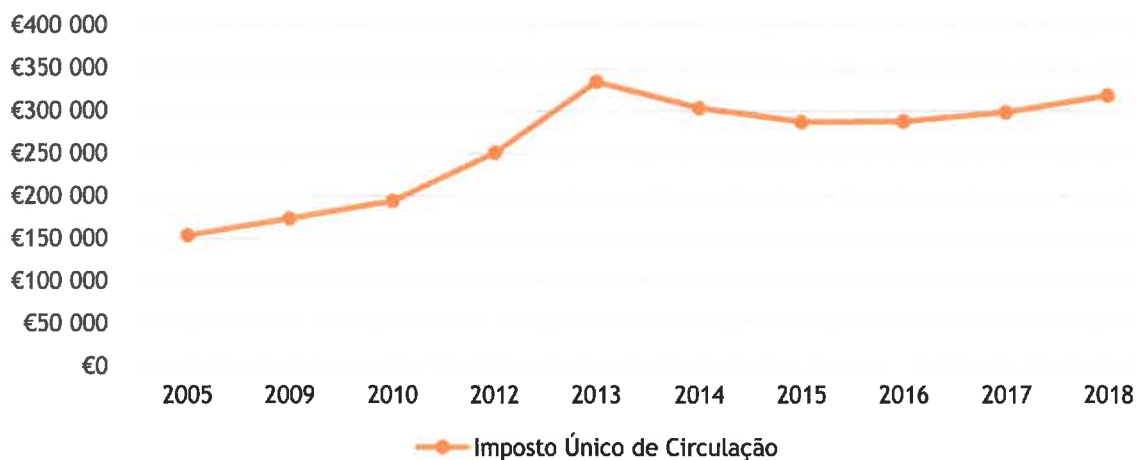
Em relação ao imposto municipal sobre imóveis, a receita do ano teve um acréscimo de 3,52% relativamente ao valor previsto inicialmente, registando ainda um aumento de 47.719€ quando comparada com a receita arrecadada no ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Execução
01.02.03. IMI-Imposto Único de Circulação	299.779,47€	318.538,55€	106,3%

2005	2009	2010	2012	2013
153 443€	173 465€	194 292€	250 810€	334 504€

2014	2015	2016	2017	2018
303 294€	287 304€	287 773€	298 506€	318 539€

Evolução das receitas IUC de 2005 a 2018



Handwritten signatures and initials on the right margin, including "F-P" and "AS".

Quanto à receita derivada do Imposto Único de Circulação, apresenta um aumento de 6,71% face ao ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Execução
01.02.04. IMT-Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	379 008,61€	414 631,24€	109,4%

2005	2009	2010	2012	2013
449 095€	485 125€	493 223€	409 428€	207 356€

2014	2015	2016	2017	2018
356 107€	313 509€	340 228€	398 563€	414 631€

Evolução das receitas IMT de 2005 a 2018



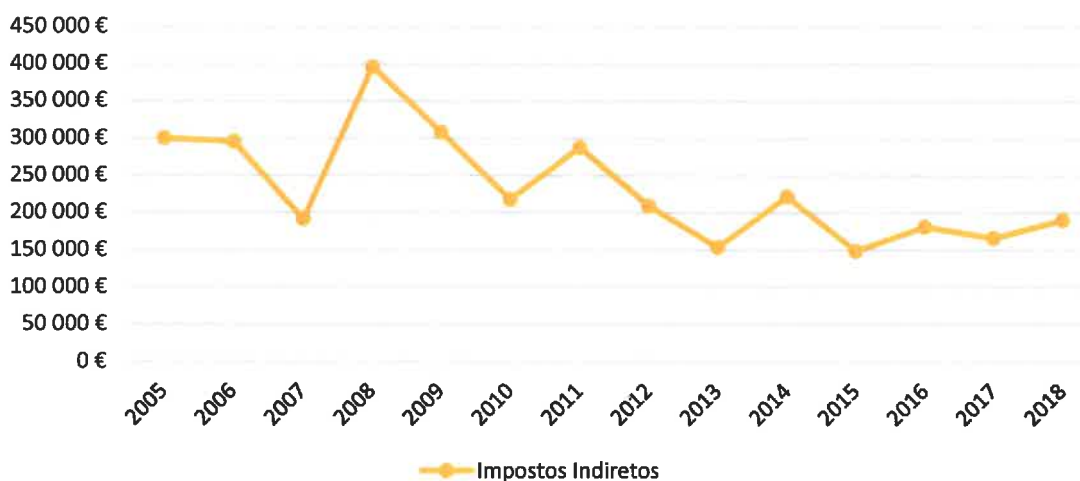
Como se pode verificar, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis apresentou um ligeiro acréscimo face ao ano anterior no valor de 16.068€.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
02. Impostos Indiretos	173 296,57€	190 091,20€	109,7%

2005	2008	2009	2012	2013
300 349€	396 202€	308 371€	209 270€	153 763€

2014	2015	2016	2017	2018
222 004€	148 370€	181 225€	166 219€	190 091€

Evolução das receitas provenientes dos impostos indiretos entre 2005 e 2018



A evolução da receita referente aos impostos indiretos apresenta valores superiores aos previstos, e comparativamente com o ano anterior teve um aumento de aproximadamente 14,4%

Execução orçamental das rubricas.04.05.06.07.08

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	325 560,29€	350 320,85€	107,6%
05. Rendimentos de Propriedades	616 099,38€	612 740,77€	99,5%
06. Transferências Correntes	7 830 798,41€	7 139 271,77€	91,2%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 946 603,62€	1 704 538,90€	87,6%
08. Outras Receitas Correntes	956 600,00€	47 360,64€	5,0%

Ao nível das receitas correntes, o executivo não efetuou qualquer atualização ou ajustamento de rendas, taxas, tarifas ou preços.

Tal como tem assumido, é na área do ambiente que tem sido efetuado um apoio efetivo, permanente e transversal a todos os municípios.

DESPESA

A previsão da Despesa Orçamental corrigida para o ano 2018 foi de 27.243.982,12€, dos quais foram assumidos como compromissos 27.227.849,64€.

A despesa paga durante o ano em análise cifrou-se em 23.632.614,15€, valor que originou uma execução global de 86,74%.

Descrição do serviço	Receita	Despesa	Saldo
Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	177.671,62	693.485,95	-515.814,30
Tratamento de efluentes (saneamento)	232.977,89	539.204,05	-306.226,16
Abastecimento de água	409.648,49	1.028.398,10	-618.749,61
Total	820.298,00	2.261.088,10	-1.440.790,07

O valor apresentado na despesa com abastecimento de água, apenas se refere à compra de água que é efetuada às Águas do Norte. Pelo que todos os custos inerentes à distribuição em baixa, manutenção e reparações da rede são custos municipais que não estão refletidos neste défice apresentado.

Do exposto, verificamos que o défice total nestas três áreas de prestação de serviços apresenta um défice anual superior a 1.440.790,07 €, ao que temos de acrescentar todos os custos da estrutura municipal de gestão da rede em baixa que estimamos ser superior a 750.000€, pelo que o défice anual de gestão e exploração destas três áreas pode ascender a 2.000.000€.

RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

De seguida, apresentam-se, alguns indicadores/rácios que traduzem a evolução das competências e atividades do Município, nos últimos nove anos, no que respeita ao interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

RÁCIOS DE ESTRUTURA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Impostos Diretos / Receita Corrente	20%	19%	19%	20%	19%	20%	18%	17%	20%	19%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	10%	10%	10%	12%	10%	10%	9%	10%	10%	14%
Transferências Correntes / Receita Corrente	54%	56%	56%	52%	60%	57%	60%	57%	56%	58%
Transferências de Capital / Receita de Capital	78%	73%	82%	99%	47%	91%	87%	72%	66%	11%
Passivos Financeiros / Despesa de Capital	16%	5%	0%	0%	0%	0%	6%	15%	13%	55%
Receita Corrente / Receita Total	69%	51%	54%	60%	49%	68%	65%	84%	87%	53%
Receita de Capital / Receita Total	31%	49%	46%	40%	45%	28%	33%	15%	13%	47%

RÁCIOS DE GESTÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	50%	51%	50%	47%	42%	45%	50%	45%	49%	35%
Despesa com Pessoal / Despesa Total	29%	23%	26%	28%	23%	28%	25%	32%	33%	20%
Despesa com Pessoal / Receita Corrente	43%	46%	49%	43%	46%	40%	38%	38%	38%	38%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	38%	35%	33%	30%	38%	41%	36%	41%	37%	49%
Despesa Corrente / Receita Corrente	86%	91%	98%	92%	110%	89%	76%	84%	79%	110%
Despesa de Capital / Receita de Capital	132%	110%	104%	95%	96%	134%	152%	186%	249%	90%
Despesa de Total / Receita de Total	100%	100%	101%	93%	97%	98%	100%	99%	100%	100%

RÁCIOS DE INVESTIMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Investimento (PPI) / Despesa de Capital	86%	91%	88%	82%	86%	77%	77%	41%	54%	42%
Investimento (PPI) / Despesa Total	35%	49%	42%	33%	39%	29%	39%	12%	17%	18%
Transf. projetos cofinanciados / Receita Total	1%	24%	25%	28%	15%	22%	26%	7%	2%	3%
Transf. projetos cofinanciados / Investimento (PPI)	2%	48%	59%	89%	40%	78%	66%	62%	12%	15%
Investimentos/População Residente*	280€	507€	435€	303€	460€	273€	398€	100€	149€	257€

*censos 2001 e 2011, estimativa INE

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O serviço de dívida de médio e longo prazo contempla todos os empréstimos contratados pelo Município e aos quais estão associados empréstimos com prazos superiores a cinco anos.

Empréstimos	2005	2009	2012	2013	2014
Não Excecionados	1.346.994 €	3.801.443 €	4.922.174 €	9.337.637 €	8.547.280 €
Excecionados	4.562.722 €	3.289.920 €	4.618.865 €	4.257.857 €	3.891.702 €
Excecionado (Art.82º da LOE/2017)	-	-	-	-	-
Total	5.909.716 €	7.091.363 €	9.541.039 €	13.595.494 €	12.438.982 €

Empréstimos	2015	2016	2017	2018
Não Excecionados	7.752.780 €	6.955.386 €	6.307.817 €	11.513.061 €
Excecionados	3.517.921 €	3.151.263 €	2.780.868 €	1.857.518 €
Excecionado (Art.82º da LOE/2017)	-	-	-	135.792 €
Total	11.270.701 €	10.106.649 €	9.088.685 €	13.506.371 €

O valor de endividamento de médio/longo prazo no final do ano 2018 é de 13.506.371€, verificando-se um aumento de 4.417.686€, comparativamente ao ano anterior. Este aumento

deve-se à contração de dois novos empréstimos durante o ano de 2018. Dos valores em dívida, cerca de 13,75% correspondem a empréstimos anteriormente excecionados dos limites de endividamento.

O empréstimo no valor de 135.792€ mencionado no quadro apresentado, foi excecionado do limite da dívida total, ao abrigo do art.82º da Lei nº42/2016 de 28 de dezembro, por se tratar de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus.

SERVIÇO DA DÍVIDA A CURTO PRAZO

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até ao final do ano de 2018 e encontram-se registados em dívidas a terceiros.

A relação de encargos de curto prazo assumidos e não pagos a 31-12-2018 é de 4.841.249,23€.

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até ao final do ano de 2018 e encontram-se registados em dívidas a terceiros.

A relação de encargos de curto prazo assumidos e não pagos a 31-12-2018 é de 4.841.249,23€. Apresenta um aumento relativamente ao ano anterior, que se deve essencialmente às faturas no total de 1.377.067,91€ da empresa Águas do Norte que tinham sido contestadas em Tribunal, e que em virtude do entendimento entre o município e a direção da empresa, foram registadas, para futuramente serem objeto de um acordo de regularização de dívida.

Descrição	2005	2009	2012	2013	2014
Dívidas a terceiros	5.225.163 €	6.791.314 €	8.217.333 €	3.674.773 €	4.472.755 €
Valores de reembolso	83.689 €	3.190.704 €	2.174.408 €	1.635.105 €	1.295.169 €
Saldo	5.141.474 €	3.600.610 €	6.042.925 €	2.039.668 €	3.177.586 €

Descrição	2015	2016	2017	2018
Dívidas a terceiros	5.379.234 €	3.387.977 €	2.803.118 €	4.841.249 €
Valores de reembolso	2.044.238 €	959.595 €	475.304€	417.414 €
Saldo	3.334.996 €	2.428.382 €	2.327.814 €	4.423.835 €

DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO

A Lei nº 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

O artigo 52º define a fórmula de cálculo do limite da dívida total: “1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar em 31

de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

De acordo com o referido artigo apresentamos de seguida o cálculo da dívida total do município para o ano 2018.

APURAMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO PARA 2018

Total Receita Corrente cobrada nos 3 últimos anos	35.036.934 €
Receita Corrente cobrada em 2015	11.341.116 €
Receita Corrente cobrada em 2016	11.668.201 €
Receita Corrente cobrada em 2017	12.027.617 €
Média da Receita Corrente Líquida	11.678.978 €
Limite da Dívida Total (1,5*média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos)	17.518.467 €

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL EM 31/12/2018

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
17.518.467€	01-01-2018						
	17.792.475 €	251 €	17.792.726 €	16.903.994 €		614.473 €	122.895 €
	31-12-2018						
	18.898.232 €	105 €	18.898.337 €	18.169.984 €	651.517 €		

Assim, a dívida total do município é de 18.169.984€, apresentando um montante em excesso no final do ano de 651.517€.

De salientar que este aumento da dívida total e a passagem de uma situação de margem para uma situação de excesso, se deve à dívida à empresa Água do Norte - objeto de um acordo de regularização de dívida ao abrigo do Decreto-lei n.º5/2019 de 14 de janeiro - da qual foi solicitada uma autorização especial para exclusão do cálculo da dívida deste município, no valor de 1.377.067,91€ de acordo com o art.º 90 da Lei 71/2018 de 31 de dezembro.